



DIÁRIO

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 5 de setembro de 2024.

Edição 4245 | Páginas: 13

9ª LEGISLATURA | 2ª SESSÃO LEGISLATIVA | 67º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

SOLDADO SAMPAIO
PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
1º VICE-PRESIDENTE

CHICO MOZART
2º VICE-PRESIDENTE

EDER LOURINHO
3º VICE-PRESIDENTE

JORGE EVERTON
1º SECRETÁRIO

AURELINA MEDEIROS
2ª SECRETÁRIA

RÁRISON BARBOSA
3º SECRETÁRIO

ODILON
4º SECRETÁRIO

RENATO SILVA
CORREGEDOR GERAL

Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputado Marcos Jorge – Presidente;
- b) Deputada Aurelina Medeiros – Vice-Presidente;
- c) Deputado Neto Loureiro;
- d) Deputado Jorge Everton;
- e) Deputado Rárison Barbosa;
- f) Deputado Coronel Chagas;
- g) Deputado Armando Neto.

II - Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputada Aurelina Medeiros – Presidente;
- b) Deputado Jorge Everton – Vice-Presidente;
- c) Deputado Coronel Chagas;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputado Soldado Sampaio.

III - Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Rárison Barbosa – Presidente;
- b) Deputado Coronel Chagas – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcinho Belota;
- d) Deputado Soldado Sampaio;
- e) Deputado Lucas Souza.

IV - Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputado Coronel Chagas – Presidente;
- b) Deputada Angela Águida Portella – Vice-Presidente;
- c) Deputado Armando Neto;
- d) Deputado Marcos Jorge;
- e) Deputado Isamar Júnior;
- f) Deputada Aurelina Medeiros;
- g) Deputada Catarina Guerra.

V - Comissão de Juventude, Cultura e Turismo:

- a) Deputado Lucas Souza – Presidente;
- b) Deputado Dr. Meton – Vice-Presidente;
- c) Deputado Eder Lourinho;
- d) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião;
- e) Deputada Tayla Peres.

VI - Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião – Presidente;
- b) Deputado Neto Loureiro – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputado Dr. Meton;
- f) Deputado Gabriel Picanço;
- g) Deputado Jorge Everton.

VII - Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputada Catarina Guerra – Presidente;
- b) Deputado Marcelo Cabral – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jorge Everton;
- d) Deputada Aurelina Medeiros;
- e) Deputado Neto Loureiro;
- f) Deputado Idázio da Perfil;
- g) Deputado Marcos Jorge.

VIII - Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Marcelo Cabral – Presidente;
- b) Deputado Lucas Souza – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jorge Everton;
- d) Deputado Renato Silva;
- e) Deputado Marcos Jorge.

IX - Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputada Tayla Peres – Presidente;
- b) Deputado Isamar Júnior – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcinho Belota;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputado Lucas Souza.

X - Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura e Política Rural:

- a) Deputado Armando Neto – Presidente;
- b) Deputado Gabriel Picanço – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputada Aurelina Medeiros;
- e) Deputado Eder Lourinho.

XI - Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Odilon – Presidente;
- b) Deputado Eder Lourinho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Armando Neto;
- e) Deputado Marcelo Cabral.

XII - Comissão dos Povos Originários e Tradicionais:

- a) Deputado Dr. Meton – Presidente;
- b) Deputado Armando Neto – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputado Soldado Sampaio;
- e) Deputado Odilon.

XIII - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Eder Lourinho – Presidente;
- b) Deputado Rárison Barbosa – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcinho Belota;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputado Soldado Sampaio.

XIV - Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio e Serviços:

- a) Deputado Gabriel Picanço – Presidente;
- b) Deputado Idázio da Perfil – Vice-Presidente;
- c) Deputado Odilon;
- d) Deputada Angela Águida Portella;
- e) Deputada Tayla Peres.

XV - Comissão de Relações Internacionais, de Ciências, Tecnologia e Inovação:

- a) Deputado Idázio da Perfil – Presidente;
- b) Deputado Marcos Jorge – Vice-Presidente;
- c) Deputada Catarina Guerra;
- d) Deputado Dr. Meton;
- e) Deputado Armando Neto;
- f) Deputado Chico Mozart;
- g) Deputado Eder Lourinho.

XVI - Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputado Renato Silva – Presidente;
- b) Deputada Angela Águida Portella – Vice-Presidente;
- c) Deputada Catarina Guerra;
- d) Deputado Neto Loureiro;
- e) Deputada Joilma Teodora.

XVII - Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

- a) Deputada Joilma Teodora – Presidente;
- b) Deputada Tayla Peres – Vice-Presidente;
- c) Deputada Catarina Guerra;
- d) Deputada Angela Águida Portella;
- e) Deputada Aurelina Medeiros.

XVIII - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputado Isamar Júnior – Presidente;
- b) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião – Vice-Presidente;
- c) Deputado Lucas Souza;
- d) Deputada Tayla Peres;
- e) Deputado Odilon.

XIX - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputada Angela Águida Portella – Presidente;
- b) Deputado Marcinho Belota – Vice-Presidente;
- c) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião;
- d) Deputado Isamar Júnior;
- e) Deputado Lucas Souza.

XX - Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Neto Loureiro – Presidente;
- b) Deputado Odilon – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcos Jorge;
- d) Deputado Eder Lourinho;
- e) Deputado Renato Silva;
- f) Deputada Catarina Guerra – 1ª Suplente;
- g) Deputado Coronel Chagas – 2ª Suplente.

XXI - Comissão de Defesa e Proteção aos Direitos dos Animais:

- a) Deputado Marcinho Belota – Presidente;
- b) Deputado Chico Mozart – Vice-Presidente;
- c) Deputada Angela Águida Portella;
- d) Deputado Soldado Sampaio;
- e) Deputado Rárison Barbosa.

XXII - Comissão de Minas e Energia:

- a) Deputado Chico Mozart – Presidente;
- b) Deputado Renato Silva – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Idázio da Perfil;
- e) Deputado Odilon.

SUMÁRIO

Mesa Diretora

- Resoluções nº 042 a 044/2024 02

Superintendência Legislativa

- Atas da Comissão Especial - Ato da Presidência nº 012/2024 03

Superintendência de Gestão de Pessoas

- Resoluções nº 5538 a 5540/2024 13

MESA DIRETORA

RESOLUÇÃO Nº 042/2024-MD

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o art. 20, inciso VI, da Resolução nº 11/1992,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a nota da 3ª Avaliação Especial de Desempenho, correspondente ao período de janeiro de 2024 a julho de 2024, para fins de Estágio Probatório, dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, constante na relação abaixo em conformidade com o que dispõe o art. 20 e 21 da Lei Complementar Estadual nº 053/01 de 31/12/2001.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de julho de 2024.

No	MAT.	SERVIDOR	CARGO	NÍVEL	NOTA 3ª AED
01	29865	Carmina Jhully Sousa Santos	Analista Legislativo	ALE/NS	100
02	29866	Eduardo Santiago Marinho	Procurador	ALE/NS	100
03	29864	Emanuelly Medeiros Silva	Analista Legislativo	ALE/NS	97
04	29867	Francisco Alexandre das Chagas Silva	Procurador	ALE/NS	100

Palácio Antônio Martins, 05 de agosto de 2024.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO

Presidente

Deputado Estadual Jorge Everton

1º Secretário

Deputada Estadual Aurelina Medeiros

2ª Secretária

RESOLUÇÃO Nº 043/2024-MD

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o art. 20, inciso VI, da Resolução nº 11/1992,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a nota da 4ª Avaliação Especial de Desempenho, correspondente ao período de fevereiro de 2024 a agosto de 2024, para fins de Estágio Probatório, dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, constante na relação abaixo em conformidade com o que dispõe o art. 20 e 21 da Lei Complementar Estadual nº 053/01 de 31/12/2001.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de agosto de 2024.

No	MAT.	SERVIDOR	CARGO	NÍVEL	NOTA 4ª AED
01	29186	Anderson Danilo Cardoso Caldas	Analista Legislativo	ALE/AL	100
02	29185	Andre Gurjao Cardoso	Analista Legislativo	ALE/AL	100
03	29187	Marcell Braga Santiago Dos Santos	Técnico Legislativo	ALE/TL	100
04	29188	Weverson Soares de Almeida Neto	Analista Legislativo	ALE/AL	92

Palácio Antônio Martins, 05 de setembro de 2024.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO

Presidente

Deputado Estadual Jorge Everton

1º Secretário

Deputada Estadual Aurelina Medeiros

2ª Secretária

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>Email: docgeralale@gmail.com

AURENICE MAGALHÃES BEZERRA

Gerência de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Chefia do Núcleo de Produção do Diário Oficial

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, de segunda a sexta-feira, até as 15h30, conforme estabelecido no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete e de secretaria, bem como dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, assim como o envio de documentos em tempo hábil para publicação.



RESOLUÇÃO Nº 044/2024 – MD

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o art. 20, inciso VI, da Resolução nº 11/1992,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o desenvolvimento funcional na carreira, mediante a 1ª Progressão Funcional por Tempo de Serviço, aos servidores efetivos integrantes do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, conforme abaixo relacionado, que cumpriram os requisitos exigidos no Art. 46 da Lei nº 1160, de 29 de dezembro de 2016, e suas alterações, e art. 63 da Lei nº 1.911, de 28 de dezembro de 2023, para que possa gozar dos benefícios legais.

Art. 2º Nos termos do anexo VI da Leis nº 1.911, de 28 de dezembro de 2023, é concedido o percentual de 10% àqueles servidores que fizeram jus a Progressão Funcional por Tempo de Serviço.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de agosto de 2024.

No	Mat.	Servidor	Cargo	Nível	Mês/ano Progressão	Classe e Padrão Anterior- Lei nº 1.160	Padrão Atual- Lei nº 1.911
01	29186	Anderson Danilo Cardoso Caldas	Analista Legislativo	ALE/AL	08/2024	A-1	II
02	29185	Andre Gurjao Cardoso	Analista Legislativo	ALE/AL	08/2024	A-1	II
03	29187	Marcell Braga Santiago Dos Santos	Tecnico Legislativo	ALE/TL	08/2024	A-1	II
04	29188	Weverson Soares de Almeida Neto	Analista Legislativo	ALE/AL	08/2024	A-1	II

Palácio Antônio Martins, 05 de setembro de 2024.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO

Presidente

Deputado Estadual Jorge Everton

1º Secretário

Deputada Estadual Aurelina Medeiros

2ª Secretária

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA**ATAS**

ATA DA COMISSÃO ESPECIAL CRIADA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 012/2024 REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2024

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às quinze horas e dez e minutos, na sala de Reuniões da Mesa Diretora, ao lado do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à praça do Centro Cívico, 202, esta Comissão reuniu-se sob a Presidência do Senhor Deputado, Gabriel Picaço, com a presença dos Senhores Deputados: Renato Silva, Rárison Barbosa, e Chico Mozart Membros. Ausentes: Os Deputados Jorge Everton, Idázio da Perfil, Armando Neto.

ABERTURA: O Senhor Presidente, Deputado Gabriel Picaço, cumprimentou todos os presentes, agradece a presença dos Deputados Renato Silva e Rárison Barbosa, agradecer o nosso Secretário do estado Flamarion Portela, nosso secretário de fazenda e nossos colaboradores a nossa defensora pública que se manifestou querendo participar e nos estamos aqui como presidente desta comissão, para tratar o secretário de fazenda já falei (ops desculpa) secretário de planejamento Rafael (fala simultânea), nós estamos aqui como presidente desta comissão que foi criada pelo decreto legislativo da presidência desta casa para tratar dos assuntos referentes ao Concurso da Polícia Civil, nos queríamos aqui deixar a palavra franquiada, aqueles que estiverem interesse de se pronunciar e queria pedir a vocês que o Dr Flamarion fosse o último a falar, pois ele está representado o Governador, para dar a palavra final aqui da nossa reunião então neste momento a palavra está franquiada a todos, aqueles que quiserem nos iremos fazendo aqui ordem de falar, eu acho que os deputados também deveriam falar por último, primeiro as entidades de classe representativas

DEPUTADO RENATO SILVA – Relator desta Comissão

Especial: Eu acho presidente que nos poderíamos chamar o representante da classe dos candidatos no qual foram eles que pleitearam esta demanda aqui com os deputados, então eles trazem a demanda e depois a gente discuti isso com os secretários responsáveis

DEPUTADO RÁRISON BARBOSA – Membro desta

Comissão Especial: Senhor presidente, se o senhor concorda com o Deputado Renato, acho que eles realmente sabem e estudaram a fundo de que forma seria mais interessante, para que nos possamos resolver esta problemática, e também já agradecer de pronto a todos que vierem aqui

para que nos possamos discutir esta pauta tão importante para segurança pública dizer que nos estamos aqui para somar.

DEPUTADO GABRIEL PICANÇO – Presidente desta Comissão Especial: A palavra está franquiada pessoal quem quiser se manifestar, só peço que se apresente, diga o seu nome e o que está representado, pois esta reunião será gravada para após transcrição da ATA.

MÁRCIO PATRICK MARTINS ALENCAR – Aprovado ao cargo de Delegado: Boa tarde Secretários, Deputados e demais participantes da reunião, sou candidato ao cargo de delegado e também, represento aos 8 (oito) cargos que estou no cadastro de reserva do concurso da polícia civil, tanto como os médicos legistas, que estão aqui representados pelo Washington, os peritos Wesley e as demais classes. Deputados a questão toda e nossa luta que procuramos travar nesses seis meses para segunda turma e uma oportunidade, que tem que está acontecendo o curso de formação dos médicos legista, a previsão é para agora, foi feito para abril, mas houve uma alteração para defender as provas e, com certeza, foram feitas. Vai acontecer em meados de junho ou julho, e vai seguir as demais fases do concurso como foi dos outros cargos, nós somos hoje 8 (oito) cargos da polícia civil, não é só cargo de delegado, nem de médico legista, nem de perito criminal, somos 144 (cento e quarenta e quatro) candidatos dividido em oito cargos a exemplo delegado nos temos 11 (onze) no cadastro de reserva junto com vagas amplas e um PCD, agentes salvo me engano são apenas 48 (quarenta e oito), escrivão foi esgotado, já o cadastro de reserva devido a demanda ser tão alta foi convocado e esgotou. Hoje, para ter noção isso são documentos oficiais que nós procuramos, em 2023 (dois mil e vinte três), em dezembro tinha um documento que informava assim 750 (setecentos e cinquenta) policias civis nesses cargos hoje, em 03/05/2024 (três de maio de dois mil e vinte e quatro) são 600 (seiscentos) delegados policias civis, então nesse período em menos de 06 (seis) meses já foi 78 (setenta e oito) delegados que pediram aposentadoria, então este número e vem crescendo assim esporadicamente, o de delegado a classe que eu represento esse ano em documentos oficiais 8 (oito) delegados já tem direita aposentadoria, 4 (quatro) nesse primeiro semestre e 4 (quatro) no segundo desses 4 (quatro) do primeiro todos já deram entrada na aposentadoria, isso são documentos vinculados no SEL, de forma pública que nos tivemos acesso pesquisado, e existe a questão depois, vou franquia a palavra a outra comissão de delegados que não foram abrangidos pelo cadastro de reserva, irei passa a palavra ao Washington que ele ira representa a classe dos médicos legistas.

WASHINGTON LUIZ AQUINO DE SOUZA JÚNIOR

– Aprovado ao cargo de Médico-legista: Boa tarde, autoridades sou representante dos médicos legistas, não represento só os médicos, mas também represento toda a comissão, assim como os demais colegas, 20 (vinte) anos sem concurso não cabe a nós como candidatos apontar ou buscar porque isso não aconteceu, mas aconteceu, nós tivemos custos de estudos, de tempo, gastamos com exames, com cursinho preparatório. Estamos classificados dentro do cadastro de reserva, que também foi conquistado diante da nossa movimentação e do apoio desta Casa, e o entendimento também do Governador, a demanda, a defasagem ela é pública, e também do conhecimento dos Senhores, que aqui estão, presentes diretor da DEA e do DELEGADO GERAL, especificamente do IML, a cargo de médico legista e onde, o cargo é a maior defasagem, dos 100% (cem por cento) previstos, só a 15% (quinze por cento) de preenchimento são 06 (seis) médicos legistas, de 40 (quarenta) previstos. Em alguns documentos oficiais via SEI, temos que o ideal para poder alcançar um bom funcionamento do IML, de Rorainópolis e o IML da capital são de 50 (cinquenta) médicos legistas, fora que, ainda se faz necessário mais odonto legista, mais axilares de necropsia, que também estão nos documentos oficiais via SEI, emitidos pela direção do IML, provocando a crédito, que pelo último SEI do 25 (dia vinte e cinco) de abril, com relação ainda ao IML, temos uma das maiores defasagem do Brasil com relação a população absoluta e a população relativa, se chamássemos todos os dezesseis médicos em cadastro reserva talvez chegássemos no meio da tabela dos 27 (vinte sete) entes federativos. A defasagem é evidente, existem médicos cedidos da SESAU e de outras Secretarias, como da esfera Federal, para trabalhar no IML. Não são atuantes como peritos oficiais, por não serem portadores desse cargo, mas estão lá também, para tentar ajudar da maneira que puderem, em um setor que já é muito defasado, em questão de Recursos Humanos. E, ainda temos a questão de abertura do IML de Rorainópolis, uma verba, com certeza, bem aplicada, para poder abranger os municípios do Sul do Estado, onde não há lógica em termos certo tipos de delito, que necessita de atividade pericial médica no Sul do Estado, terem que pegar um transporte de 03 (três) horas de duração de Rorainópolis, outro município do Sul até a capital, devido à fugacidade dos vestígios, violência sexual, violência física e nós precisamos prestar este tipo de atendimento específico a população do Sul do Estado. Somos 144 (cento e quarenta e quatro) no total, entre

candidatos a delegados, candidatos a médico legista, candidatos a escrivão e candidato a perito. O pleito me parece ser razoável, tanto para com o Governo, quanto para beneficiar a população. É válido também lembrar, que quando nós iniciamos o curso de formação profissional, não somos nomeados de imediato. A nomeação vem após, pode vir até 30 (trinta) dias após o curso de formação profissional, como já estamos em maio praticamente em junho, e as etapas do concurso de médico, da primeira fase de médicos legistas, ainda não foi encerrada. Possivelmente esse curso vai iniciar em junho, para frente, esse mês acho difícil de até, da não celeridade da publicação dos editais da banca. Então, se o curso de formação se iniciar em junho, termina em novembro, 30 (trinta) dias a nomeação, dezembro até possa efetivar em exercício, já estaremos em 2025 (dois mil e vinte e cinco). Então, sobre Lei de responsabilidade fiscal, mesmo segurança pública sendo exceção, acredito que não se aplica a nós, porque a nomeação efetiva só se daria em 2025 (dois mil e vinte e cinco).

ESLEI HOFFAMN – (Aprovado ao cargo de Perito):

Boa tarde a todos, me chamo Eslei, sou candidato a perito criminal na especialidade em contabilidade, nós não representamos apenas o cargo que concorremos, representamos todos os aprovados em CR. Quero deixar bem claro isso, embora nós tenhamos falado do nosso caso em específico. Então, gostaria de cumprimentar a todos os peritos criminais, hoje somos 29 (vinte e nove) aprovados, tem 29 (vinte e nove) ativos. Sabemos que tem a previsão de aposentadoria em curto prazo, a inauguração do grupo pericial regional sul, que deve ocorrer nos próximos meses, é a previsão, e gostaríamos de reforçar a necessidade de aumento do efetivo da polícia civil, como já foi exposto, são 20 (vinte) anos sem concurso. Os atuais policiais civis, já darão início as aposentadorias, muitos só estão aguardando a promoção para iniciar esse processo de aposentadoria, então, acredito que o correto seria começar esse reforço de efetivação antes das aposentadorias se concretizarem, para que esperar que a polícia civil fique ainda mais enfraquecida, para então convocar o atual cadastro de reserva. Como já foi falado, somos 144 (cento e quarenta e quatro), em 08 (oito) cargos. São poucos candidatos por cargo, então acredito que seja viável e vamos torcer para que tudo dê certo.

GUILHERME VIEIRA – (Aprovado ao cargo de Delegado):

Boa tarde, meu nome é Guilherme Vieira, eu represento os delegados de polícia, além dos CR que estão no cadastro de reserva, precisamente da posição décima segunda a cinquenta e cinco, eu represento no entorno de quarenta e quatro candidatos, mas antes de mais nada, meus cumprimentos ao Presidente Deputado Gabriel Picanço e aos demais Deputados Estaduais e os Secretários, colegas e autoridades aqui presente. Hoje, nós representamos a única carreira que não teve um cadastro de reserva amplo, todas as carreiras têm um cadastro de reserva amplo que preenche todas as vagas, os delegados são a única carreira que só tem 11 (onze) no cadastro de reserva, 44 (quarenta e quatro) candidatos estão sendo eliminados, depois de fazer o mínimo. Foram provas objetivas, discursivas, provas orais, testes de aptidão física, psicotécnico e diversas outras etapas. Provavelmente 8 (oito), esquecimento de outros pelo caminho. Então, são muitas etapas que nós passamos, gastamos muito dinheiro com viagens, com exames médicos, tempo e energia, sendo dedicados e estamos sendo eliminados do concurso público. E, a nossa comissão, tem objetivamente dois objetivos, primeiro a ampliação do número de vagas no próximo curso de formação, o que na nossa opinião seria totalmente ineficiente e não seria razoável uma turma com 11 (onze) delegados. Nós sabemos que aqui tiveram algumas pessoas que certamente já deram aula, o deputado Rárisson por exemplo, participou no curso de formação da polícia penal, ele sabe que é totalmente ineficiente ter uma turma com 11 (onze) candidatos. Se tem uma estrutura, reunir instrutores e uma sala com gasto de pessoal, para 11 (onze) candidatos, isso na nossa opinião não é nem um pouco razoável e acho que na opinião comum, lembrando que nós estamos na Casa do Povo, que representa os interesses da população e da segurança pública. E, nós pedimos aqui, que tenha esta ampliação, o número ideal na nossa opinião seria de 41 (quarenta e um), isso porque, são o número de candidatos que podem ser chamados sem ampliação do número de vagas, número de cargos. Hoje existe 41 (quarenta e um) cargos de delegados vagos, e a única necessidade que teria para isso, seria o remanejamento de cargos, não se precisa criar cargo, só efetivar esses 41 (quarenta e um) cargos vagos para carreira inicial. Inclusive está na minuta do documento que entreguei, se eu esqueci de entregar para alguém peço desculpas, depois venho aqui entregar mais. Uma minuta que fizemos de projeto de Lei complementar, que já faz essa adaptação apenas com remanejamento, não haveria menor aumento de despesas, não haveria criação de cargo, nada, só um remanejamento dos cargos vagos, esse poderia fazer um curso de formação com 41 (quarenta e um) delegados e os outros 14 (quatorze). E, por isso, o nosso segundo objetivo seria a criação do cadastro reserva amplo total, para os outros 14 (quatorze) para que algum a administrador por disponibilidade pudesse chamar uma outra turma, um 3º (terceiro) curso de formação. Então, os

nossos objetivos são dois, primeiro a ampliação, o ideal seria 41 (quarenta e um), mas nós pedimos o número de pelo menos, 25 (vinte e cinco) a gente acredita que seria um número razoável para a turma. E, o segundo objetivo seria a criação do cadastro de reserva total, como já aconteceu para as outras carreiras, inclusive para todas as carreiras, menos para delegado. Esse é o nosso objetivo, nesse documento nós trouxemos diversos pontos, dados precisos, nós quisemos trazer dados sólidos, quisemos sair do argumento, temos orçamento para isso. Devemos chamar, mas devemos chamar quantos podemos, nós conseguimos comprovar que o nosso Estado, graças ao excelente trabalho da administração, principalmente da SEFAZ, nós tivemos a maior arrecadação da história dos últimos anos, o nível de ICMS mais distribuídos do que a dívida ativa. Com esses dados, na parte final do arquivo, justamente perto do gráfico que eu vejo ali. Então, nós conseguimos realmente comprovar no final do ano passado, o nosso limite de pessoal estava 49,28% (quarenta e nove vírgula vinte e oito por cento), só que, como nós tivemos um aumento da receita recorrente líquida, e eu trago esse conceitos técnicos, eu tentei simplificar no documento, nós tivemos um aumento na nossa receita. Com esse aumento da receita necessariamente, para gerar uma possibilidade maior de se gastar com o pessoal, não nos termos dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite geral que é do Estado, e limite específico como é o nosso caso do poder executivo. Lembrando que a polícia pertence ao poder executivo, então, a gente só passa 0,28% (zero vírgula vinte e oito por cento), no final do ano passado, ou seja, com o aumento da arrecadação nem isso. Então, existe brecha sim, para que nós chamemos mais delegados e convoquemos também os outros candidatos. Tive o prazer de ser presidente da outra comissão, dos outros cargos, inclusive nós brigamos muito para que todos fossem chamados, nós sabemos o deficit que existe na polícia científica, nos peritos, nos médicos legistas. Sempre foi nossa pauta, uma pauta que estamos em posição diferente, mas somos alta irmãs. Nosso objetivo aqui é o fortalecimento da polícia civil, vou tentar não me alongar muito, mas nós estamos a 20 (vinte) anos sem concurso, nosso último concurso público foi em 2023 (dois mil e vinte e três), quando foram chamados 120 (cento e vinte) delegados, nesse nosso último concurso agora nós somos 145 (cento e quarenta e cinco), e tem 49 (quarenta e nove) no curso de formação e 04 (quatro) são sub judice. Então, em 2023 (dois mil e três) nós tínhamos 286.000 (duzentos e oitenta e seis mil) de população, hoje nós temos mais de 6.000.000 (seis milhões), ou seja, nossa população mais que dobrou nesse tempo e como todos nós sabemos, teve a crise migratória da Venezuela, facções de criminosos Venezuelanos vieram para cá. Nós tivemos o fortalecimento do PCC e do Comando Vermelho. Então, existe sim uma necessidade de mais orçamento para a polícia civil, apesar do excellentíssimo trabalho, que a Delegada-geral faz, com o auxílio dos demais delegados e demais cargos da polícia civil. Nós sabemos que o baixo efetivo dificulta o trabalho por melhor que sejam os profissionais. O baixo efetivo é muito ruim. Existe também a demanda, como certamente o presidente do sindicato vai lembrar, por material, por vários trabalhos melhores, mas a nossa busca aqui é isso, os senhores podem ajudar muito no aperfeiçoamento e na quantidade de mais pessoal. O delegado foi infelizmente jogado para trás nessa demanda, por isso, que nós pedimos, o ideal é 41 (quarenta e um) nessa próxima turma, pois, nós sabemos que vai ter demanda, nós estamos nos articulando e as coisas estão encaminhando para isso, para que possamos ser 41 (quarenta e um) nessa próxima turma, no mínimo 25 (vinte e cinco) e depois o cadastro de reserva para os demais candidatos, que também passaram por 08 (oito) etapas, e estão esperando para serem convocados para concluir, chegar perto da conclusão. Nós não pedimos aqui criação de cargo, isso é um ponto muito importante, porque nós sabemos que as vezes acaba acontecendo esta confusão. Nós só pedimos um remanejamento, não é criação de cargo. Para criação de cargo, como obviamente todos sabem, seria necessário previsão orçamentaria e diversas outras questões para um aumento de despesas. Pedimos apenas o remanejamento, inclusive, seria de cargos de categoria superior, para uma inferior. Então, ainda mais por razão financeira, não teria problema com isso. Não teria impacto ruim, nisso ai, e, não existiria também um argumento que já foi solicitado, risco a progressão dos novos delegados, progressão funcional, por duas razões basicamente. Primeiro, que o delegado de classe inicial, quando ele subir, ele vai deixar de ocupar o da classe inicial, então, ele irá deixar de ocupar uma para ocupar outra, na mesma delegacia. Um delegado não ocupa duas carreiras, e a segunda seria a previsão de aposentadoria em massa, como o colega lembrou, dos delegados de polícia da classe especial, que são os últimos, os mais antigos, em 05 (cinco) anos, todos os delegados de polícia, todos praticamente podem se aposentar, eles irão ter 25 (vinte e cinco) anos de carreira. Então, esse é um dado que por si só já assusta, e ainda, tem uma outra razão, que nos cargos de delegado de polícia, existem uma evasão enorme em número de delegados. Hoje, nós temos informação que aproximadamente 05 (cinco) delegados que já estão no curso de formação, devem sair para outro

concurso, por exemplo, polícia de São Paulo, que vai nomear os próximos delegados. Então, basicamente é isso, eu queria também só demonstrar aqui para os senhores, essa questão orçamentaria, porque eu acho importante que graças ao trabalho do Governador, ter equilibrado a relação financeiramente, e dos seus Secretários. Então, para se nomear 25 (vinte cinco) delegados, gasta-se aproximadamente 28.000.000 (vinte e oito milhões) por ano, para se manter 25 (vinte e cinco) delegados de classe inicial. Lembrando que 27,5% (vinte e sete virgula cinco por cento), disso ai volta para o Imposto de Renda. Nós sabemos que o Imposto de Renda dos servidores estaduais, volta devido a unidade de recíproca dos entes prudentes volta para o Estado. Seria um gasto real de 5,8 (cinco ponto oito) milhões, para 25 (vinte e cinco) delegados, e somente como o colega lembrou, faz quase 6 (seis) meses, dos quais só tomaremos posse se passarmos no curso de formação e depois de 6 (seis) meses, então, estas despesas não seriam para agora. Se hoje, nós já teríamos esse limite de pessoal, daqui a 6 (seis) meses, nós teríamos mais tempo ainda para se planejar, para ser melhor ainda, se fosse em 41 (quarenta e um) seria uma despesa de 13,5 (treze virgula cinco) milhões, para se manter 41 (quarenta e um) delegados no ano. Lembrando que, como eu falei, seria 6 (seis) meses, e com o retorno do imposto de renda, seria um gasto real de 78 (setenta e oito) milhões, para se botar 41 (quarenta e um) delegados e quando a gente lembra do nosso número, nós não podemos deixar natural, no final desse curso de formação que está acontecendo agora, esse primeiro nós teremos aproximadamente 99 (noventa e nove) delegados, provavelmente menos, pois existe a possibilidade de haver a aposentadoria em massa, como meu colega Patrick, e, existe diversas pessoas que já se manifestaram no sentido de tomar posse em outro concurso, precisamente 5 (cinco) delegados que devem sair nas próximas semanas ou meses, para tomar posse em outro concurso. Então, vamos contar com 99 (noventa e nove), que é o número de delegados que nós tínhamos em 2008 (dois mil e oito), não é possível, isso é muito importante, os senhores como representante do povo, daqui do Estado de Roraima, é muito importante que a gente entenda que não pode ser natural acharmos que temos o mesmo número de delegado de polícia, que nós tínhamos em 2008 (dois mil e oito), quando a nossa população era menos da metade do que é hoje. Quando não tinha crise migratória da Venezuela, quando não tinha as facções de criminosos Venezuelanos em território do nosso Estado, então, eu acho que é muito importante nós prestarmos atenção para isso, e buscar do Governador esforços para que a gente consiga o melhor desempenho da segurança pública e da nossa polícia civil, era isso que eu tinha para falar obrigado.

DEPUTADO GABRIEL PICANÇO – Presidente desta Comissão Especial: A palavra continua franqueada, Leandro, presidente do SINDPOL.

LEANDRO BARBOSA – Representante da SINDPOL: Boa tarde senhor presidente e os demais parlamentares que representam está comissão, primeiramente gostaria de agradecer ao senhor franquear a participação do nosso sindicato, fomos convidados aqui através do ofício número zero dez de dois mil e vinte quatro dessa Comissão Especial dando continuidade cumprimento seu Secretário chefe da Casa Civil, Flamarion Portela em nome do qual cumprimento os demais Secretários aqui presente, cumprimento também o Delegado Geral da Polícia Civil e o Direito de administração da nossa polícia civil, minha fala será prevê não pretendo tomar muito o espaço, até porque acredito que os membros das comissões aqui presente já sabe e já trouxeram as informações, que esta comissão necessita para tomar um direcionamento então meu objetivo aqui e apenas externa o posicionamento da entidade que represento os dez cargos da polícia civil a nível classista, somos favoráveis ao pleito do chamamento do cadastro de reserva, por entender pelas razões que já foram expostas aqui, que o efeito da polícia civil precisa de um reforço acho que isso com todo respeito a que pensa diferente, e inquestionável acho que nós devemos discutir ou procura soluções e não mais discutir se e ou não necessário chamar, disso isso as comissões que estiveram no sindicato inclusive daqui a pouco participarei de um "podcast" com a comissão do cadastro de reserva, lá no nosso sindicato, e no sentido de dar apoio da suporte para que o estado possa obviamente após encontrar a solução para discussão orçamentária e jurídica, para que possa chamar esses colegas, que já estão aí, como já foi dito, aprovado em todas as fases do certame, então, era só isso, mais uma vez agradeço a participação.

DEPUTADO GABRIEL PICANÇO – Presidente desta Comissão Especial: continua franqueada, a palavra para quem quiser fazer uso.

PAULA REGINA – Representando o Dr. Olenos Matos Defensor Público-Geral de RR: Boa tarde a todos, sou Paula Regina, representante da Defensoria Pública, estou representando o doutor Oleno nosso Defensor Público-Geral e também como Coordenadora do grupo de atuação especial da Defensoria Pública, e gostaria apenas de fazer uma

observação principalmente no que diz respeito ao pleito dos candidatos aprovados ao cargo de delegado que toda essa discussão sobre uma turma de 41 (quarenta e um) e 25 (vinte e cinco) ela e válida e preciso sim entender a situação, mas, antes disso senhores deputados e demais secretários aqui presentes, é preciso que o estado reflita sobre o nosso pedido de aplicação do cadastro de reserva do concurso de delegados. Hoje nós estamos na situação de candidatos que estão na academia e de um cadastro de reserva salvo engano, 9 (nove) pessoas e existe 44 (quarenta e quatro) candidatos que foram aprovados nessas 8 (oito) etapas do certame que, quando da homologação da academia, serão automaticamente excluídos. Foi tomada uma decisão honrosa, louvável, muito eficiente em relação ao concurso dos demais cargos de perito, escrivão, médico, que foi ampliação total, todos esses candidatos que foram aprovados nessa primeira etapa passaram a compor o cadastro de reserva, e a Defensoria Pública, foi procurada pela comissão de aprovados, que ingressou com ação civil pública, objetivando tão somente a ampliação desse cadastro de reserva do concurso de delegados, porque, esta discussão não tem efetividade em relação a este cargo, se esse cadastro não for ampliado, inclusive na petição inicial, nós manifestamos o interesse em conciliação. Eu sei, que certas circunstâncias podem levar o gestor a adotar determinada postura naquele momento, por entender da não ampliação a esse cadastro, porém, eu tenho certeza da sensibilidade do nosso governador, de que após essa reunião, ele seja informado das demandas e nesse momento, possa conceder um tratamento igualitário aos candidatos ao cargo de delegado. O mesmo tratamento que foi conferido aos outros cargos, e, registro aqui que a Defensoria Pública, também é a Casa do Povo. Nosso objetivo, aqui é tão somente buscar o direito dessas pessoas, mas também assegurar uma efetividade uma eficiência, para a própria prestação de serviço público, como os candidatos já colocaram, alguns acadêmicos do cargo de delegado, já tem a intenção de assumirem outros cargos, eventualmente alguns desses candidatos podem ser reprovados na academia, alguns dos delegados podem ser reprovados no estágio probatório, Deus me livre né, que a gente não deseja, mas alguém pode falecer, são diversas situações, que nós não podemos dar como certas, mas elas são possíveis de acontecer. E, nós estamos buscando aqui uma melhor economia para o Estado, são pessoas totalmente capacitadas, que foram investigadas, avaliadas pela Comissão presidida pela Doutora Darlinda, é isso que a Defensoria busca, e eu gostaria de registrar aqui, que nós temos certeza de que o nosso governador irá se sensibilizar e no que diz respeito a atuação da Defensoria Pública, vai refazer a sua decisão e vai tornar possível a ampliação desse cadastro. E, ampliado o cadastro é possível se discutir tudo que aqui está sendo posto por esses candidatos, muito obrigada.

DEPUTADO GABRIEL PICANÇO – Presidente desta Comissão Especial: Obrigada Doutora Paula, a palavra vai ser franqueada a Doutora Darlinda.

DARLINDA DE MOURA – Delegada-geral da Polícia Civil RR: Boa tarde a todos, presidente Secretário Flamarion, deputado Renato Silva, Secretário Rafael, deputado Rárisson e Leandro da Sindpol e a todos aqui presente, a polícia civil e completamente sensível ao pleito nos conhecemos a nossa realidade, são vinte anos sem concurso, alias a polícia civil vem num espiral de círculo de concurso de vinte e vinte anos, então passamos duas décadas o primeiro concurso ainda foi na época da União, o primeiro concurso foi em oitenta e quatro (84), vinte anos depois na gestão do Secretário e do então Governador Flamarion Portela, tomamos posse em dois mil e quatro (2004), e agora vinte anos novamente, nos estamos fazendo um novo concurso então parece que passamos uma geração inteira para poder fazer uma recomposição de efetivo dentro da polícia civil, o que e danoso para a instituição da polícia civil, e danoso e perigoso e extremamente pernicioso para polícia civil, em razão exatamente do aumento do crime dentro do Estado de Roraima, e da defasagem inclusive de condições operacionais, da polícia civil não a condições de dizer que nos podemos prestar, um serviço de excelência da polícia civil se, só conseguimos repor o pouco efetivo a cada vinte anos, depois, então, hoje em razão das limitações orçamentaria da polícia civil, fazendo uma recomposição básica de efetivo, não temos a apresentação de sanar todos os problemas, não e isso mais e o mínimo que possamos conseguir, com o orçamento que nos temos, temos outros problemas também para enfrentar a construção por exemplo de uma outra legislação que foi recentemente alterada para exatamente corta a quantidade de cargos iniciais de delegados de polícia, fora as outras carreiras, nós somos e um curso amplo para todas as carreiras, todos os cargos da polícia civil e um concurso caro, e um concurso que demanda esforços, nos temos gastos dentro do nosso fundo de modernização da polícia civil, todo o recurso para que possamos fazer o curso de formação, então o curso de formação e um expediente caro para a polícia civil, e possivelmente não tera mais esse recurso para que a gente faça um segundo, ou um terceiro, né curso de formação, então tudo isso

tem que ser levando em consideração, quando formos pensar num novo cadastro de reserva, num novo curso de formação porque isso demanda tempo, demanda esforço da nossa atividade e esvaziamento da atividade na medida de que eu preciso colocar instrutores da polícia civil para fazer o curso de formação e isso tira eles da atividade fins deles então tudo isso tem que ser pensado dentro destes profissionais o custo operacional de um curso de formação e a quantidade que nos estamos colocando dentro das nossas carreiras novamente, nos temos sim problemas para operacionalizar o núcleo de perícias do sul do estado que e de Rorainópolis onde deveríamos ter composto tanto médico, como auxiliares de necropsia, como odonto legista, como peritos criminais, como peritos papiloscopista, e todo o quadro administrativo que esse três instituto precisariam para operar em Rorainópolis, precisamos pensar nisso sim e nos temos que fazer, que aqueles 3 (três) Institutos, la em Rorainópolis, possa funcionar, porque os prédios logo serão entregues e nós não teremos pessoal para operar lá. Nós operaremos muito precariamente não atendendo da forma que seria a mínima possível, mas temos que pensar num esforço conjunto de resolver está situação, tudo isso, perpassa necessariamente por aumento de previsão orçamentaria e financeira para esses gastos para absorção deste gasto. E, aí nós temos que compor isso se for o caso, se for realmente a indicação parlamentar e a indicação do Governo do Estado, para que isso seja pensado planejado e construído da melhor forma possível, a polícia civil tem um deficit orçamentário para término de sua folha de pagamento, no entorno de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), nós temos um deficit orçamentário de aproximadamente R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), para pagamento da promoção dos policiais civis efetivos e que já está em atraso. E, nós temos, também um deficit orçamentário de pouco mais de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para composição dos novos efetivos. Então, tudo isto já está em deficit orçamentário, teremos que suprimir de alguma forma esses valores, para que a gente possa cobrir o ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro) até o final. O ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco) tem que ser trabalhado de forma a pensar como resolver isso. Fora o custo do curso de formação e de um segundo curso de formação para todas as carreiras, que também gira em torno de R\$ 800.000.000,00 (oitocentos mil reais), isso se eu não estiver enganada, R\$ 800.000.000,00 (oitocentos mil reais) não falando de forma técnica em relação a nossa composição orçamentária, porque o interesse Presidente, em que a gente possa recompor o nosso quadro de efetivos, mas infelizmente os obstáculos financeiros e orçamentários, são maiores na polícia civil e hoje, nós temos que pautar nossa atividade por uma responsabilidade, neste campo não há como ultrapassar, apesar de ser grande defensora de uma recomposição ampla do quadro da polícia civil, sem pensar numa responsabilidade orçamentária e financeira para que a gente possa gerir isso de forma completa. Então, é isso que tenho a informar aos senhores para que a gente possa chegar a um consenso e, com certeza, se for possível atender o pleito de todos eles, será feito, porque é interessante para polícia civil.

DEPUTADO GABRIEL PICANÇO – Presidente desta

Comissão Especial: Obrigada Dr^a. Darlinda, e Deus dá certinho o caminho das pessoas de linha reta, o Flamarion que fez o concurso em 2002 (dois mil e dois), e hoje o Flamarion está gerenciando esse problema, se Deus quiser para converse o Governador a fazer esse chamamento, se Deus quiser, mas gostaria agora primeiro, se os deputados quiserem fazer uso da palavra e assim concordarem é claro, deixassem os Secretários Flamarion e o Rafael por último, depois das nossas palavras, eles que darão o pontapé final para dizer o que nós pensaremos para fazer amanhã. Assim concordado, então a palavra está franqueada ao Deputado Rárison, que faz parte da Segurança Pública.

DEPUTADO RÁRISON BARBOSA – Membro desta

Comissão Especial: Boa tarde, agradecer mais uma vez a vinda de todos. É importante discutir aqui realmente a nossa grandiosa polícia civil. É importante para Segurança Pública e, é importante para o nosso Estado. Já estou muito feliz com o que ouvi aqui da Delegada-geral, é muito bom quando se tem um pleito e se tem o apoio de quem realmente está a frente e de quem realmente entende. E, lógico, trazendo aqui todos os pontos técnicos, como ela mesmo falou, tratando do assunto com o pé no chão mais nos entendemos que sim e possível o chamamento de todos porque e necessário que se tenha este efetivo, para que possamos manter a polícia civil viva. Sabemos que daqui mais uns dois a três anos, muitos profissionais adquiram o direito de estar indo para casa, e nós precisamos substituí-los. Nós precisamos ter a delegacias funcionando em todos os cargos, não só de delegados, mas também os peritos, os agentes, os escrivães, a questão dos médicos legistas, o pleito como um todo. Estou desde o ano passado recebendo comissões no meu gabinete, ouvindo as explicações deles, trazendo todos os números de forma técnica para explicar de forma que a gente pudesse entender, que era interessante chegar até esta Comissão, para que a gente pudesse resolver. E, eu como Presidente da Comissão de

Segurança Pública, entendo que é sim importante, nós precisamos urgente Senhor Presidente, definir esses pontos, fazer com que conversem, aliás, que o nosso Governador possa entender que a importância de chamar todos, até porque, os senhores entrado, é aquilo que a delegada falou, não precisa de mais de 20 (vinte) anos não, antes delegada, nós precisaremos fazer um novo concurso mesmo chamando todos eles, porque nós sabemos que a demanda dobrou, foi bem dito aqui por um dos representantes, que na época do concurso, nós tínhamos um pouco menos de 300.000 (trezentos mil) habitantes no Estado. Isso, sem falar na questão da imigração Venezuelana, os nossos presídios hoje, eles estão inchado, a Penitenciária Agrícola do Monte Cristo hoje, nós temos 2.000 (dois mil) presos, isso é fruto do trabalho da polícia civil, de investigação de querencia realmente. Agora, imagina fazer tudo isso com efetivo reduzido, com delegados insuficientes, com agentes insuficientes, isso e notado nas delegacias, quando a gente chega para prestar um boletim de ocorrência, aqueles que querem presencialmente, mesmo que hoje tenha a tecnologia, de se fazer pela internet, muitas pessoas querem estar na delegacia para explicar o que aconteceu. E, as vezes, a gente encontra dificuldade. Secretário, é difícil! E, ai fica aqui o nosso compromisso, naquilo que a Assembleia Legislativa e a Comissão de Segurança Pública puderem fazer, nós estaremos unidos, assim como já mostro isso. Nós fizemos várias indicações ao governo, Delegada, para que ele pudesse ampliar todos os cargos, nós conseguimos, nos outros cargos, menos nos de delegados. Porém, nós conseguimos fazer o remanejamento aqui do cargo de delegado para que pudéssemos 10 (dez) serem privilegiados, então se nós fizermos la atrás, é preciso ser feito agora. Nós temos aqui a sugestão dada por eles, são 50 (cinquenta) cargos especiais hoje, para delegados, 20 (vinte) para intermediário, 25 (vinte e cinco) substituto e 45 (quarenta e cinco) na inicial. Eram somente 35 (trinta e cinco), Deputado Renato, esse número já foi mudado por nós, a pouco tempo, e ai eles estão sugerindo, que nós zeremos as classes que estão no meio a intermediária e a substituta, para que possamos ampliar o número de cargos iniciais e abraçar todos os delegados que passaram e fizeram todos os testes. Sabemos que nós estamos empurrando um problema para frente, Presidente, ninguém aqui é menino e não sabe disso, mas eu acho que nós precisamos oxigenar, ganhar tempo lá na frente, o Estado com certeza estará melhor, estará demonstrado e vem dando sinais disso, nós já melhoramos a questão da nossa arrecadação, dos nossos recursos, né Secretário, Nós já temos melhorado, e os números mostram. Então, eu acredito que se nós conseguimos resolver no momento e fortalecer a polícia civil, lá na frente nós sentamos novamente e procuramos uma nova forma de resolver, porque depois que vocês entrarem precisa de 5 (cinco) anos, só para estar na substituta. Ai, estarão aqui de novo, né Deputado? Nós precisamos de cargos, porque senão, eu não vou me promover, o Leandro ai, é prova viva disso, sabe que é um trabalho intenso, não para, né Leandro? Essa e a nossa missão e assim, a Assembleia estará de portas abertas para que nós possamos unir forças, todos os Deputados sem exceção, o bom, o ótimo. Aqui nós estamos na luta juntos, até porque, para que se aprove qualquer tipo de Lei aqui, nós precisamos de todos. Está certo pessoal, era isso que eu queria deixar, agradeço mais uma vez a delegada Darlinda, em ter vindo aqui. É muito importante a sua presença, a senhora que realmente sabe das dificuldades da polícia civil. Sabe que realmente precisamos do efetivo em todos os cargos sem exceção. E, eu já me sinto feliz com as palavras que ouvi da Senhora, eu estou tranquilo, acredito que era isso que os senhores também queriam.

DEPUTADO GABRIEL PICANÇO – Presidente desta Comissão Especial: A palavra está franqueada ao Deputado Renato.

DEPUTADO RENATO SILVA – Relator desta Comissão

Especial: Obrigada, Presidente Gabriel, cumprimento a todos, agradecer a todos o carinho e o respeito por essa Casa, de todos os Secretários que estão aqui, Delegada-geral, Defensora pública, ao Flamarion, um grande amigo, nosso ex-Governador, Chefe da Casa Civil, já ia falar sobre isso, sobre o fato de ser um gesto simbólico hoje e como que a vida é engraçada, o Flamarion foi o autor desses concursos públicos na época como governador e hoje ele está aqui representando o governo, pleiteando, com certeza, a favor dessa nossa empreitada de resolução do concurso da Polícia Civil. Agradecer o Rafael, o Deputado Rárison, Leandro do Sindicato, Márcio Patrick, Washington, Eslei Hoffman, Guilherme é o que deu a palavra para gente, também passou para Delegado, o Edson e a Paula Defensora Pública, que já falei. Então assim, hoje é um dia muito importante para essa bandeira, essa categoria que já vem muito tempo lutando por isso e como o Deputado Rárison já falou, a Delegada também já falou, que mesmo chamando todos os candidatos a gente ainda vai ficar com esse deficit na Polícia Civil. Quando a gente começou o mandato, o Denarium ganhou a eleição de 2018 (dois mil e dezoito), eu também ganhei a eleição de 2018 (dois mil e dezoito) – foi meu primeiro mandato e do governador também e a segurança pública, eu sou um macuxi, eu nasci aqui, estava muito destruída, a gente

ouvira falar que a Polícia Civil não tinha papel para fazer o Boletim de Ocorrência, o município de Pacaraima não tinha uma Delegacia, tanto que foi a minha primeira emenda – o primeiro recurso que eu tive aqui – coloquei em Pacaraima, para fazer a Delegacia da Polícia Civil, que um município de fronteira não tinha uma Delegacia da Polícia Civil, então você tira daí o nível que estava nossa segurança pública e hoje cinco anos depois, graças a Deus, ao trabalho de todos e a união de todos, conseguimos uma segurança pública muito diferente do que a gente estava vivendo, era viatura da Polícia Militar sem combustível, não tinha pneu para rodar, não tinha condições mínimas para rodar. Então, a gente tinha aquele problema de estrutura na Segurança pública que foi resolvido – novas viaturas, novos equipamentos, armamentos, novas delegacias, reformas, construções – junto com o Governador, com a equipe de Secretários, a Assembleia Legislativa, todo mundo trabalhando em união por cinco anos e deu certo. Tivemos um avanço muito grande na Polícia Militar – concurso que naquele primeiro momento, naquela situação financeira, foi cancelado, chamamos de mais de 1.000 (mil) policiais militares. Lembro que muita gente falava que não ia dar certo, mas deu certo, concurso eu coloquei, o Deputado Dhiego Coelho também colocou, muitos Deputados colocaram emenda de Bancada, emenda individual. Conseguimos dar continuidade no concurso, porque realmente o estado não tinha condições financeira para nada e, no momento que foi feito o concurso da Polícia Militar, era época de eleição, a governadora participava e ela fez aquilo sem responsabilidade financeira nenhuma de poder convocar os aprovados, mas conseguimos criar – o governador Antonio Denarium junto com a Assembleia – essa condição financeira e chamamos aí quase três vezes o número de vagas, era em torno de 440 (quatrocentos) militares e chamamos em torno de mil e poucos militares, construímos a condição, com muito trabalho e dedicação e fizemos na Polícia Penal – que hoje está aqui um Representante, o Deputado Rárison, levantando a bandeira, que ele sabe disso que não é fácil carregar uma bandeira, são muitas expectativas e a gente tem que lutar todo dia aqui no Plenário, na votação de projetos. E tem que ter uma boa relação com o executivo, não adianta as categorias acharem que a gente tem que brigar com o executivo para conseguir alguma coisa, não é assim que funciona na política, infelizmente, a gente chega no mandato com muita sede ao pote e dá umas tropeçadas, tem que conversar, dialogar, é assim que tem ser feito. Quando a pessoa faz um concurso público como vocês fizeram – vocês dependem praticamente só de vocês, estudam e se dedicam – o mandato político é diferente, não depende só de mim, depende muito da relação com os colegas parlamentar para aprovação de projetos, que sozinho não aprovo, depende do executivo, o executivo também depende do legislativo para aprovar o orçamento, as leis, de acordo com a condição real do Executivo, então, eu sempre digo aquele que fala, que coloca mais fogo na fogueira, coloca combustível, para acontecer uma relação ruim entre executivo e legislativo, o estado perde com isso, portanto, nós temos que buscar o diálogo. A semana passada estive com o Flamarion, conversamos e nós temos que ver três pontos. Primeiro ponto: é se precisa de mais efetivos. E nós sabemos que precisa, a Polícia Civil precisa de mais efetivo. Acho que é o entendimento de todos pacificado. A condição financeira do estado, que o Flamarion vai falar com mais clareza junto com o Rafael, queria que o Freitas também estivesse aqui, mas ele não pode vir, porque tinha uma outra reunião, mas o estado vem arrecadando muito bem este ano, vem arrecadando mais que a gente esperava. Porém, nós entramos esse ano com déficit do ano passado ainda, então tudo isso tem que colocar na balança, mas acredito, que todos os estudos – eu passei a semana toda, me debrucei nesses números, olhando esses dados, li e reli, vendo o que era de fato concreto, o que era fofoca – que nós temos condições de fazer, minha experiência como Parlamentar, aprovando orçamento, discutindo emendas, eu vejo que nós temos condições de fazer a etapa de curso para terminar e temos também como nos projetar para o ano que vem, porque nós vamos discutir a LDO agora, esse é o momento certo, começar a discutir o orçamento, porque vem baseado no que a gente vai aprovar na LDO agora em junho e não podemos deixar esse momento passar em branco, Presidente Gabriel. Então, nós temos aqui que esse ano entrou com déficit, mas tem tido excesso de arrecadação, até tivemos uma dúvida aqui na questão orçamentaria, de um valor de quatrocentos e dez milhões, do qual nós temos a informação que tem nas secretarias, que é um valor, que com certeza vai ter uma destinação, que com certeza não vai ter 410.000.000 (quatrocentos e dez milhões) sobrando, mas nós temos excesso de arrecadação da fonte 150 (cento e cinquenta), de 220 (duzentos e vinte) e 2.000.000 (dois milhões) de convênios, o excesso de arrecadação de 23.000.000 (vinte e três milhões). Nós temos batido uma meta maior do que nós imaginávamos no orçamento 2023 (dois mil e vinte e três). Então, Deputado Gabriel, esse ano nós não tivemos concurso público, esse ano nós recebemos todas as categorias: de professores, saúde, todas as áreas foram atendidas. Acho que nunca uma categoria foi tão atendida, não é Flamarion?

Você sabe porque já foi governador, em cinco anos o governador conseguiu atender todas as categorias, reajuste salarial, concurso público. Você também no seu governo fez muito concurso público, foi aquela transição que o estado não tinha concurso público e foi o primeiro governador que executou todos os concursos públicos. O Flamarion é melhor pessoa para está aqui hoje para resolver esse problema. Então, nós vimos aqui Flamarion se a gente conseguir apertar e colocar isso como prioridade do estado, conseguiremos chamar esses policiais e como fez com o cargo de Delegado foi um caso diferente, edital diferente, do restante do concurso. Mas nós temos aqui, nós já fizemos isso aqui, remanejamos dez Delegados, porque a gente não pode fazer novamente? Se a gente precisa, porque não evitamos, tem que ter outro concurso depois, mas porque a gente não evita e aproveita esses candidatos que já fizeram essa prova, estão aptos, já foram investigados, já passaram por várias etapas, porque não aproveitamos e o Governador também manda essa lei para gente fazer esse remanejamento de Delegados de nível intermediário para os... como é que chama o outro nível? *Trecho inaudível*. E também tem os da classe especial que são os mais antigos, já foi feito isto e sabemos que é legal, tem como fazer. Acho que é questão de gesto do Governador fazer isso novamente, adequar e enquadrar todos esses candidatos a Delegados e começar a fazer esse processo de curso e o Guilherme falou algo importante, mas já foi feito, fazer um número com mais vagas, mas assim ele falou algo importante, é um gasto tão grande para fazer um concurso público, para fazer um curso de formação – ainda mais um concurso desse com várias etapas – é um custo muito alto para o estado. Realmente, o erro foi desde o início, pois a gente já está com déficit há muito tempo, devia ter feito algo com mais vagas, até porque esse concurso, ele vale por 4 (quatro) anos – por dois anos e pode ser prorrogado por mais 2 (dois) anos – a gente podia ir adequando por ano, por excesso de arrecadação, chamando uma turma, mas não foi feito isso no começo, então vamos tentar resgatar a ideia dessa comissão, buscar o máximo proveito possível desse concurso, e a acho que a melhor forma é essa dos Delegados, a questão financeira eu acredito que nós temos condições de executar, eu tenho aqui todos dados orçamentários, por secretarias, estudei, li e reli, vejo que temos condições financeira de dar essa atenção para nossa Polícia Civil e eu acredito que hoje, vamos ouvir aqui o Secretário de Planejamento o Secretário Flamarion, eles vão trazer uma solução para gente e eu quero dizer pra vocês, Deputado Rárison, para todos aqui, eu Deputado Renato eu não vim de uma bandeira específica, nunca fui policial, nunca fui médico, mas quando a gente se torna Deputado temos que abraçar todas as causas que batem na nossa porta, lógico sempre com responsabilidade, quando vocês me procuraram eu falei: não vamos fazer populismo, vamos buscar uma condição real. Se der para fazer, em que mês pode começar? Quando pode começar? Porque nós temos planejamento até o final do ano, o orçamento que estamos usando agora em 2024 (dois mil e vinte e quatro), nós aprovamos em 2023 (dois mil e vinte e três), o que nós vamos usar em 2025 (dois mil e vinte e cinco), nós vamos aprovar agora. Então, se a gente quer ter esse projeto futuro de ter mais policiais civis a partir de 2025 (dois mil e vinte e cinco), nós temos que projetar agora, para chamar, terminar o curso e já colocar no orçamento essa previsão de gasto para 2025 (dois mil e vinte e cinco). Agora é a hora de discutir e finalizar esse assunto, eu tenho certeza que o Governador tem investido na segurança pública, tenho certeza que a gente vai conseguir sair vitorioso dessa causa, com certeza, é isso Presidente, muito obrigado!

DEPUTADO GABRIEL PICANÇO – Presidente desta Comissão Especial: Obrigada, Renato!

RAFAEL INÁCIO DE FRAIA E SOUZA – Secretário da SEPLAN: Boa tarde a todos! É uma honra participar desta reunião e o que nós pudermos contribuir para colaborar vai ser sempre o papel da SEPLAN, como colocando aqui... juntado o que todos já falaram, também a SEPLAN é a mãe de todas as causas, a gente tem que olhar o cobertor curto de cada Secretaria, da mesma forma que a Darlinda merece novos servidores para ela, eu tenho outras categorias que vão lá e aí a gente tem uma margem – realmente, uma pequena margem que nós vamos conquistar, provavelmente, mas, essa reunião aqui serve para que a gente possa conversar e priorizar o quanto vai ser colocado em cada margem, como o senhor viu aí: “ah, existem 400.000.000 (quatrocentos milhões)!” Os 400 (quatrocentos) é um déficit orçamentário do ano passado, o que houve de excesso – uma parte desse excesso – ele tem que ser distribuídos para os municípios, por transferências obrigatórias, outra parte desse excesso vai, obrigatoriamente, para saúde e a outra parte vai, obrigatoriamente, para a educação, vai sempre reduzindo e esse excesso é o que vai nos dar o conforto de retomar os parâmetros da LRF, quando possível, que ainda nem publicado foi – a SEFAZ está fechando os números – mas, a gente está trabalhando para que isso venha acontecer. Então, o estado tem que tomar todas as providências para que esse estouro não ocorra novamente, para que a gente consiga voar numa altitude cruzado e que não tenha sobressaltos e que as carreiras não se

prejudiquem só porque naquele momento a gente estava limitado por LRF ou por qualquer outra restrição, nas outras demandas em relação a direito administrativo acho que vale a pena também ser levantado e consultar a Casa Civil e Procuradoria, mas como os senhores colocaram – o importante é uma reunião, uma reunião em que todas as partes são ouvidas com respeito e com objetivo de tomar a melhor decisão possível, seja ela qual for, e no horizonte que essa decisão for possível ser tomada. Então, talvez não seja possível para hoje, para amanhã, mas se for feito uma estratégia de anos lá para frente, conversado, e aí as coisas podem ter, pelo menos, uma previsibilidade. O que eu tenho para colocar como Secretário de Planejamento é que: ainda que haja uma pequena folga – que construímos com muito esforço – essa folga tem que ser aplicada no estado todo, se eu aplicar aqui eu já não consigo aplicar em nenhum outro lugar, o dinheiro só pode ser usado uma única vez. Então, por isso que é bom trazer todo mundo à discussão, porque a informação fica nivelada e a gente consegue com todas elas de forma nivelada tomar a melhor decisão possível, eu tenho certeza que todas as partes aqui envolvidas vão tomar todos os esforços para chegar na solução melhor possível para o estado.

DEPUTADO GABRIEL PICAÑO – Presidente desta Comissão Especial: Obrigado, doutor Rafael, Secretário de Planejamento! Agora a palavra está com o Flamarion, Chefe da Casa Civil.

FRANCISCO FLAMARION PORTELA – Secretário-chefe da Casa Civil: Boa tarde a todos! Eu cumprimento o Presidente Deputado Gabriel, Deputado Renato Silva, Deputado Rárison. Cumprimento a doutora Paula Regina (Defensora Pública), Delegada Darlinda, Delegado Dimas, Rafael (Secretário de Planejamento), cumprimento também o Márcio Patrick. Sabe de quem ele é filho? Do Josimar lá da Secretaria de Infraestrutura, Washington, o Eslei, Guilherme, o Leandro (que é presidente do SINDPOL). Olha Deputado Renato! Deputado Rárison e Deputado Gabriel! Fazer concurso público na minha época foi muito difícil – realmente, não foi uma missão fácil – mas fazer o concurso da Polícia Civil foi, infinitamente, mais difícil que todos os outros. Daí vocês vão me perguntar: por que essa excepcionalidade com a Polícia Civil? Vocês imaginam só: um delegado era um advogado que era nomeado pelo Governador, para ser Delegado, eu conheci gente aqui que era motorista da infraestrutura, não vou citar o nome, mas talvez o Gabriel tenha conhecido do Território e da transição para o estado, que depois estava com distintivo e uma arma de lado. Então, a Polícia Civil era feita assim, pela escolha de alguns. E, quando a gente foi fazer esse concurso Deputado Rárison, eles diziam assim, reuni com ele algumas vezes, depois não reuni mais não... nós vamos ser bandidos? Já que nós somos da Polícia Civil. Nós vamos nos torna isso e aquilo? Então, fazer o concurso da Polícia Civil foi muito difícil, além das ameaças, que chegavam pelo serviço de informação com uma frequência muito grande. Naquela época, eu convidei para ser Delegado aqui, desculpe, para ser Secretário de Segurança o Cavalcante, o Cavalcante era Cearense e que tinha sido Superintendente da Polícia Federal aqui, estava Superintendente de Tocantins e eu fiz amizade com o Cavalcante (Delegado da Polícia Federal), eu liguei para ele e ele disse: eu topo, eu me aposento aqui, já estou com tempo e veio. E, trouxe o Adjunto Caúla e aqui quem conhece o Manoel Norberto? Manoel Norberto, já faleceu, era Delegado aposentado da Polícia Federal e eu coloquei o Manoel Norberto – da Polícia Federal também – como Corregedor da Segurança Pública, então nós tínhamos 3 (três) Delegados – um da ativa e dois aposentados – e, do Daniel que ainda está vivo eu coloquei ele aqui no gabinete comigo que era quem tinha esse elo. Então, só estou fazendo a explanação para vocês, que fazer o concurso da Polícia Civil foi muito difícil. Mas, agora quero me dirigir a Assembleia, eu também passei um tempo aqui e, eu sempre dizia de forma muito clara, que aquilo que incomoda a sociedade deve incomodar à Assembleia, o grito que é bradado ali fora, ele deve repercutir ou ecoar dentro do Plenário da Assembleia. A Assembleia deve ser sempre a caixa de ressonância da sociedade e vou fazer aqui a explanação de uns números e, que vocês compreendam que eu sou um defensor de concursário, de concurso público, porque o concurso público além de uma obediência constitucional, ele nos guia e nos conduz a meritocracia, ou seja, o que é meritocracia? É o meu esforço, quando eu vou para um certame eu tenho que demonstrar esse esforço, e se lograr êxito, com certeza é resultado de uma construção, ninguém passa num concurso público indo para balada, ninguém passa sem renunciar determinadas coisas, tenho certeza que todos vocês renunciaram a muitas coisas se dedicando para estudar um pouco mais que os outros concorrentes e o êxito vem disso. Então, isso estabelece o que chamamos de meritocracia, é o esforço de cada um que fez chegar aquele êxito. Então, a Assembleia está nesse papel, e eu só louvo a Assembleia e, para aproveitar dizer que a gente construiu juntos, o executivo e o legislativo construímos juntos esse caminho, essa saída por várias mãos, o milagre também não existe, quando se lida com os números e vou repetir, já disse para esses três que estão ali,

o orçamento público é igual ao orçamento da nossa casa, orçamento familiar, trabalha eu, trabalha minha esposa, então lá eu tenho minha coluna de receita e tenho minha coluna de despesa, o orçamento público – reservada as devidas proporções o ele tem o mesmo espírito – ele não reproduz, ele não cresce, ele tem aquilo, tanto é que a Lei nº 4.320 (ela estabelece do município mais humilde desse Brasil ao Congresso Nacional, fixa despesa e estima receita, qualquer ementa de orçamento público, ela estima receita, a despesa eu sei que é dez, mas a receita não sei se é 9 (nove), 10 (dez) ou 12 (doze), porque ele está estimado (pode ser a menor, igual ou superior) então esse é o princípio basilar da administração pública, quando a gente tem o orçamento público apesar da dimensão dele, ele também tem uma despesa muito grande e a gente tem que tomar cuidado, o Deputado Renato destacou aqui, por exemplo, as dificuldades que existia, a falta de papel, e ainda vou aqui observar um detalhe, o mesmo colete que o soldado usava ou o sargento usava, ele saía passava para outro, se estava suado, se estava molhado, se estava com sua garantia, era assim, a mesma arma que o “a” usava passava para o “b”, não tinha arma. Hoje não, cada um tem sua arma, cada um tem seu colete, então é um momento diferente, verdadeiramente, falando, mas passamos por esse problema não faz tanto tempo assim. Então, mais uma vez viu, Deputado Gabriel! Louvo a Assembleia. E que fique esse recado aqui mais uma vez, nós não estamos aqui para prometer que está tudo resolvido, tudo maravilhoso, com responsabilidade, com coerência, com unidade, com respeito, a gente constrói isso, vamos construir juntos com essa Comissão, vai com o governador, com a Delegada Darlinda, ela sempre tem boa vontade, ela sabe que nós precisamos de mais policiais, qualquer um do governo sabe que precisamos, o que angustia é a famosa lei de responsabilidade fiscal e a capacidade de pagamento. Eu vou dizer aqui para vocês que eu pedi hoje esses números, eu dei posse, Deputado Renato, Deputado Rárison, Deputado Gabriel, nós fomos dá posse no Totozão, os familiares, porque nós não tínhamos outros espaços que coubesse tanta gente, só a delegados – nós demos posse naquele dia – há 123 (cento e vinte e três) delegados – com uma população muito menor, eu dei posse numa canetada só a cento e vinte três delegados, mas contando todas as outras categorias foram mil e sessenta e seis policiais, num ato só, quando a população era talvez menos da metade da população de hoje, sem essa questão migratória, sem essa questão de facção e etc. Então, qualquer um de onde nós sabe que precisa de mais policiais, agora vem sempre aquela coisa e para pagar? Nós temos condição de pagar? Então, eu fiz isso e anotei aqui também, o concurso público, esse que estamos discutindo, originalmente, tinha 35 (trinta e cinco) vagas, foram acrescidas dez, ou seja, o governador após ouvir o Conselho Superior da Polícia Civil, está aqui dois delegados, acho que os dois fazem parte do Conselho Superior, após ouvir o Conselho Superior da Polícia Civil, Deputado Rárison, fez o crescimento de 10 (dez) vagas para delegados, que hoje são 45 (quarenta e cinco), uma para perito criminal, 10 (dez) para escrivão, 3 (três) para auxiliar de perito e seis para auxiliar de necropsia. Então, foram acrescidas 30 (trinta) vagas a mais no espelho e na fotografia de hoje, perfeito, Delegada-geral e doutor Dime? Eu vou só fazer aqui... que eu pedi também, que tem detalhes, mas vou resumir, chamando esse pessoal aqui, esse que está aqui decidido Deputado, nós precisaremos de 10.000.000 (dez milhões) de suplementações para honrar a folha de pagamento desse ano, no momento que nós entramos ali com o Leandro, para pagar as progressões deles nós precisamos, Deputado Rárison, de 35.000.000 (trinta e cinco milhões) só para a Polícia Civil, então isso são números, não estou querendo dizer com isso, que não vamos fazer, estou mostrando alguns números para a gente de forma muito responsável, de forma conjunta e a várias mãos vamos construir essa saída, eu peguei também os valores da categoria, por exemplo, um Delegado vai começar a carreira com o salário de R\$ 21.591,00 (vinte e um mil e quinhentos e noventa e um reais), o médico-legista com R\$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais), vou arredondar, o escrivão de polícia, agente de polícia, agente carcerário, que agora não está mais aqui, que naquela época, nós fizemos também no concurso original, tínhamos os agentes carcerários, que hoje estão na Polícia Civil com a mesma nomenclatura, hoje eles estão na Polícia Civil com a mesma nomenclatura Delegada? (Trecho Inaudível) Eu sei, cargo em extinção, mas com a mesma nomenclatura e perito papiloscopista que é R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos) e aí vem as outras categorias. Peguei isso daqui para a gente ver, mas eu também peguei outros dados, que achei importante a gente fazer esse paralelo e é importante senhores Deputados vocês observarem esses dados. Em janeiro de 2019 (dois mil e dezenove), nós tínhamos no estado uma folha pessoal global de R\$ 121.366.942,37 (cento e vinte um milhões, trezentos e sessenta e seis mil, novecentos e quarenta e dois reais e trinta e sete centavos). Em janeiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), tivemos uma folha R\$ 280.316.692,37 (duzentos e oitenta milhões, trezentos e dezesseis mil, seiscentos e noventa e dois reais e trinta e sete centavos), isso representa um crescimento de 130% (cento e trinta por

cento) de folha nesse período de 5 (cinco) anos. Também para fazer um paralelo, peguei nossa LOA de 2019 (dois mil e dezenove), que era de R\$ 3.618.310.945,00 (três bilhões, seiscentos e dezoito milhões, trezentos e dez mil, novecentos e quarenta e cinco reais). A LOA de 2024, R\$ 7.548.618.595,00 (sete bilhões, quinhentos e quarenta e oito milhões, seiscentos e dezoito mil e quinhentos e noventa e cinco reais), ou seja, enquanto nós tivemos, no mesmo período, um crescimento de 130% (cento e trinta por cento) com gastos para pessoal, tivemos um crescimento de 118% (cento e dezoito para o orçamento) – isso mostra uma defasagem de 22% (vinte e dois por cento) entre o crescimento de gastos com pessoal e orçamento no período. Mas, por que cresceu? Aquilo que o Deputado Renato Silva acabou de dizer, nós fizemos concurso, praticamente, para quatrocentos militares e, nós empossamos mil e duzentos, mais concurso e progressão – progressão com ação administrativa e progressão por decisão judicial. Eu sempre cito a servidora que conhecemos, a Cyneida – ela fez o concurso na minha época, como jornalista ela ganhava R\$ 4.000.000 (quatro mil reais), quando foi reenquadrada ela foi para R\$ 8.000,00 (oito mil reais) – eu não estou reclamando, isso é merecido, é justo! É mais conforto nas casas, é mais comida na mesa! É mais condição de estudar, aprimorar e de crescer! É importante! Mas, isso faz e fez a folha crescer. E, tem a famosa Lei de Responsabilidade Fiscal, nós sabemos que ela estabelece o limite no poder executivo de 49% (quarenta e nove por cento) – tem o Limite de Alerta, que é de 90% (noventa por cento) desses 49% (quarenta e nove por cento) que dá 44.11 (quarenta e quatro ponto onze) – e, vem o Limite Prudencial, que é de 95% (noventa e cinco por cento) desses 49% (quarenta e nove por cento), que dá 46,55% (quarenta e seis, cinquenta e cinco por cento). Esses são os limites da Lei de responsabilidade Fiscal e, vou, pontualmente, para as 3 (três) áreas... aqui é o inciso quarto do artigo vinte e dois da LRF, vou ler na íntegra: o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvado a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores nas áreas de educação, saúde e segurança. Eis a consulta ao Conselho Superior da Civil. Essa condição da Lei de Responsabilidade Fiscal, ela diz para essas 3 (três) áreas que a substituição deve ocorrer diante de aposentadoria ou falecimento. Por isso, que essa observação do Deputado Renato de construir caminhos, alternativas, é importante. Então gente, pela minha responsabilidade eu não vou dizer que nós vamos sair daqui com tudo resolvido, mas tenho a mesma responsabilidade de dizer que podemos nos sentar e conversar enquanto pessoa quero o bem para o estado, pessoas que querem o compromisso com o estado, pessoas que querem ver o sistema de segurança cada vez mais eficiente. Porque, eu já falei para o Deputado Rárisson, eu moro no mesmo lugar desde 1984 (mil novecentos e oitenta e quatro), portanto há 40 (quarenta) anos eu moro na mesma casa, quando fugia gente da penitenciária eu fechava a minha casa às 19h (dezenove horas), hoje você fica em paz, tranqüilo, já têm esse espírito, esse sentimento, de segurança e isso jamais deve retroceder, pelo contrário, deve ascender, crescer, avançar e é isso que todos querem, que a Assembleia e o Governador querem e todos nós queremos. Então, Deputados fica essa ideia de nós fazermos avançar essa Comissão, fazermos esse diálogo com o executivo, construirmos o caminho, quando for necessário algo ser submetido ao poder legislativo que assim façamos, porque tenho certeza que a Assembleia dará uma resposta rápida e satisfatória, quando for do executivo que a gente faça, ou seja, construir algo a várias mãos, esse é o meu recado, se alguém ainda tiver alguma coisa a esclarecer, eu estou aqui a disposição, fica meu agradecimento e mais uma vez é um grande prazer de estar aqui no poder legislativo.

DEPUTADO RENATO SILVA – Relator desta Comissão

Especial: Presidente, eu queria fazer duas perguntas para o Secretário Flamarion. Flamarion a gente precisa sair dessa reunião com alguma previsão – você já falou que não tem como sair daqui com uma resposta, com tudo resolvido – mas precisamos de uma previsão, se vamos ter uma nova reunião com o Governador, se a intenção do governo é fazer e, de como está a situação financeira para iniciar o curso. A questão de remanejar os cargos de Delegados, a gente precisa sair pelo menos com uma posição de como vamos tocar daqui para frente, se não fica uma reunião muito vazia, a gente entende que é um interesse de todos. Mas, tem uma previsão de como ou quando vai fazer? Ou se vamos marca uma reunião essa semana com o governador, nós vamos lá para a gente conversar com ele, como a gente pode fazer, para sair daqui com uma esperança e, com uma linha de trabalho e raciocínio, para buscar o resultado.

DEPUTADO GABRIEL PICANÇO – Presidente desta

Comissão Especial: Doutor Flamarion, antes de responder, o representante dos aprovados quer fazer um complemento.

FRANCISCO FLAMARION PORTELA – Secretário-chefe

da Casa Civil: Deixa só eu responder o Deputado Renato. Deputado Renato, Vossa Excelência, o Deputado Gabriel e o Deputado Rárisson, já

havam solicitado que marcasse uma reunião com o governador, segunda-feira. O Governador está em Brasília e volta quarta-feira de madrugada – quarta ele tem uma agenda intensa, quinta também e, sexta ele vai para o Sul do estado. Então, a priori, eu já marquei para fazermos essa reunião segunda-feira, vou só combinar o horário com a secretária que coordena a agenda e dou um retorno para vocês.

DEPUTADO GABRIEL PICANÇO – Presidente desta Comissão Especial: Com a palavra o Senhor Guilherme.

GUILHERME VIEIRA – Representante dos aprovados no cargo de Delegado: obrigado, era só para fazer uma observação bem rápida, é que já existe a necessidade de dar posse a esses novos Delegados agora nesse primeiro curso de formação, que nós temos hoje, salvo o melhor juízo – se a Delegada-geral tiver alguma novidade – mas, até ontem nós tínhamos quarenta e nove alunos no curso de formação e temos quarenta e cinco vagas somente na classe inicial, ou seja, para dar posse para esses quarenta e nove já é necessário alterar, fazer esse remanejamento dos cargos. Então, a necessidade já vai existir assim que o curso de formação acabar e, salvo o melhor juízo, acaba agora este mês ou está para acabar em breve. *Trecho inaudível.* Então, em junho já teria a necessidade de aumentar pelo menos quatro cargos e já poderia aproveitar a oportunidade. *Trecho inaudível.*

WASHINGTON LUIZ AQUINO DE SOUZA – Representante dos aprovados no cargo de Médico-legista: Secretário

Flamarion é importante a gente explicitar algumas coisas, um curso de formação já está previsto para acontecer, de qualquer maneira, de imediato. Não temo datas oficiais, mas a previsão é fática desse curso de formação, é uma turma específica para médicos legistas e não temos outras informações se vão participar outros cargos, dentre eles decisões sob juízo ou outros componentes do IML (Instituto Médico-Legal) também, que a gente sabe da necessidade da inauguração do IML do sul do estado. Eu admito que é muito óbvio o que eu vou falar, mas, não faz sentido nenhum fazer um curso de formação – com toda a estrutura que é necessária – para dez policiais, não faz o menor sentido, é imoral e ineficiente. Outra situação, a respeito da LRF, é questão de interpretação se a bolsa vai ou não ser enquadrada como gasto de pessoal, o Secretário da SEPLAN sabe disso melhor do que eu, o gasto do curso de formação pode inclusive ser provido por emenda parlamentar, então mais um possível problema sanado e a entrada obrigatória no enquadramento da LRF com gastos de pessoal se daria apenas em 2025 (dois mil e vinte e cinco), com o apoio da Assembleia Legislativa – que nos recebeu de braços abertos e de prontidão – também aparenta estar sanado, então, dois problemas praticamente sanados e um que só depende da decisão de fato do executivo. Esse curso de formação profissional vai ser imoral desse jeito com dez candidatos ou ele vai ser mais amplo e vai respeitar o dinheiro público do contribuinte?

FRANCISCO FLAMARION PORTELA – Secretário-chefe

da Casa Civil: olha, primeiro, eu não gosto desse seu termo, me parece arrogante, prepotente. Nós estamos aqui numa mesa de respeito, você é muito jovem para usar esses termos com essa força, me desculpe a franqueza, mas tenho que ser franco com você, para que você vá aprendendo como lhe dar nas relações humanas. As relações humanas é feita, basicamente, com respeito, esse é o primeiro valor que você aprendeu na sua vida. Portanto, diante disso, eu não vou dizer algo para te desrespeitar, prefiro dizer com franqueza, isso nós vamos ver como fazer depois com a Delegada.

DEPUTADO RENATO SILVA – Relator desta Comissão

Especial: Presidente, ficou esclarecido aqui pessoal, que nós marcamos uma reunião para segunda-feira com o governador, antes mesmo dessa reunião, nós já tínhamos conversado com o Flamarion. E, eu vou dizer para vocês, o Flamarion tem sido um braço no governo muito essencial, muitos embates de bandeiras políticas aqui na Assembleia, o Flamarion participou e conseguimos êxito em quase todas, tem sido o braço direito do Governador e ele sempre agi com responsabilidade, sempre tendendo para o lado direito, correto, busca junto ao Governador a melhor decisão pensando na sociedade. Nós sabemos que esse curso já iniciou dessa forma, não cabe agora apontar o dedo de quem foi a culpa do curso ser dessa forma. Eu falo para vocês se eu tivesse acompanhado isso desde o começo, eu tinha lutado para gente fazer com mais vagas, para aproveitar o máximo possível, como você falou, já está tendo gasto com esse curso, com mais candidatos, nós sabemos do deficit. Então assim, não foi feito, queria aproveitar dessa reunião aqui, como falei para vocês desde o começo, com respeito e diálogo, a gente consegue, vou dizer para vocês isso é uma luta, que já está vencida, nós só precisamos saber de datas, o estado precisa e o Governador sabe dessa necessidade, a Delegada-geral também sabe, todos aqui sabemos dessa necessidade, o que precisamos é acelerar o passo. Tem quanto tempo esse concurso? Temos dois anos de validade e ele pode ser renovado por mais dois anos, ou seja, temos quatro anos e, ainda nem começou ainda a contar a data de validade. Vamos trabalhar para que seja mais rápido. Eu entendo também que o servidor público não é prejuízo para o estado, nós

temos que arrumar a questão orçamentária com responsabilidade, para não ficar igual aquela época na outra gestão, três meses servidor público sem receber, já pensou chamar vocês e depois ficarem três meses sem salário? E vocês fazendo plantões? Tem que ter muita responsabilidade para dar uma posição, então vamos buscar essa reunião, segunda-feira, com o governador, para gente trazer algo real para vocês. Eu e o Flamarion não temos esse negócio de empurrar com a barriga, se só for possível para o final do ano, vou falar para vocês, se for março do ano que vem, vou dizer: pessoal, eu consegui lá com o Governador, Flamarion, Deputados e, vai ser março de 2025 (dois mil e vinte e cinco). Eu vou dizer a realidade, não vou ficar fazendo populismo com isso, nosso objetivo é resolver o problema.

DEPUTADO RÁRISON BARBOSA – Membro desta Comissão Especial: Senhor Presidente, a palavra, por favor! Agradecer de coração o Secretário Flamarion, Delegada Darlinda, Defensora Paula, Presidente do SINDPOL Leandro, Secretário Rafael, Doutor Dime. Fico feliz em tê-los aqui para gente discutir e a todos vocês que vieram aqui representar. Pessoal, deixa eu falar uma coisa para vocês, eu fiquei onze anos a frente de uma categoria como Presidente, como diretor financeiro, e uma das categorias que mais cresceu num curto espaço de tempo foi a dos policiais penais, antigos agentes penitenciários. Na época que o Flamarion fez o concurso da Polícia Civil criou-se o cargo de agente carcerário e, esses policiais foram colocados no sistema prisional, lá na frente, o saudoso governador Anchieta viu esse erro, fez o concurso para agentes penitenciários e a gente deu entrada no sistema e estamos até hoje lá e eu quero dizer que nós construímos tudo isso com conversa e diálogo, aquilo que nós realmente temos que fazer aqui, política, foi assim que nós crescemos, a prova foi em 2011 (dois mil e onze), o curso foi em 2012 (dois mil e doze) e a nossa posse foi em 2013 (dois mil e treze), em 2017 (dois mil e dezessete) nós já tínhamos nosso PCCR (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração) aprovado, com segurança jurídica, subsídio, escala de serviço de 24/96 h (vinte e quatro por noventa e seis horas) entre outros pontos. Quero dizer para vocês que isso foi uma construção do sindicato com Assembleia e com o governo. Falando mais direto com vocês, “furando bucho” e, não será diferente agora pessoal como Deputado, nós construímos muito no ano passado também. Isso foi numa conversa, Deputado Renato, foi indo lá no Palácio, Secretário Flamarion está aqui e sabe... Lá vem o Rárisson, o chato, sentava lá e ficava esperando, quer falar de quê, Rárisson? E eu respondia: o Senhor já sabe, eu vim aqui falar da Polícia Penal e, a pressão é muito grande. Então, essa nossa desventura acaba chamando a atenção Delegada, não só da Polícia Penal, dos policiais militares.. os senhores que estão aqui hoje são privilegiados, empenhados aqui na Comissão, trazendo o governo aqui na Assembleia, para que possa ouvir o pleito de cada um, nós estamos aqui para ajudar não duvidem disso, mas vocês precisam ajudar para que a gente consiga convencer, pessoal! Esse é o nosso papel, meu, do Renato e de toda Comissão que está aqui, convencer o Governador. E, nós temos aqui os personagens certinho: Secretário, Delegada-geral, Secretário da SEPLAN, o Doutor Dime. Então, é isso que quero dizer para vocês tenham paciência. Duas virtudes do homem fé e persistência, vamos continuar tendo fé e vamos persistir que vai acontecer. Na próxima segunda-feira, já vai acontecer uma reunião, conforme falado pelo Secretário Flamarion, eu tenho sugestões de pontos, mas o que temos que fazer, inicialmente, nessa reunião é convencer o Governador para que a gente possa fazer a mudança, remanejamento, nos cargos. Eu aprendi uma coisa na minha vida como sindicalista, que a gente não chega no topo de um prédio voando, a gente chega de degrau em degrau. Portanto, vamos tentar convencer o governador mudar o quadro de como está hoje para o que os senhores querem. Porque, a partir daí a gente vai construir, nós temos tempo, vamos tomar fôlego, nós temos a condição de o Governador prorrogar esse concurso por mais dois anos. Eu sei da angústia de cada um, mas tenham paciência, deixem a Comissão, a Assembleia, trabalhar, que nós não vamos esconder nada, como o próprio Deputado Renato falou, nós não estamos aqui fazendo politicagem não pessoal! Estamos construindo uma segurança para um estado melhor, o Flamarion deixou bem claro o estado precisa dos senhores, agora lógico, como foi falado aqui pelo Secretário Flamarion, a Delegada, o Secretário de Planejamento e a nossa força aqui da Assembleia, todos aqui querem que vocês ingressem na Polícia Civil. Então, era isso, obrigado a todos, Flamarion pela vinda, pela explanação, e em seu nome agradecer a todos os outros Secretários. E mais uma vez contem conosco, obrigado!

MÁRCIO PATRICK MARTINSALENCAR – Representante dos aprovados no cargo de Delegado: Boa tarde! Eu queria agradecer a todos Deputados e Secretário Flamarion, que sempre recebeu a Comissão de portas abertas, de forma carinhosa e sempre verdadeiro. Todos que estão aqui nessa mesa sempre verdadeiros com os candidatos, não ficaram enrolando e a gente agradece de coração essa atenção de vocês. Essa Comissão da Assembleia e da doutora Darlinda, como a gente vem

construindo, sempre de uma forma técnica, com viabilidade e opções, eu queria sugerir que antes dessa reunião de segunda-feira, o Conselho da Polícia Civil, para fazer já ata de como seria possível o remanejamento das dez vagas e também, a nota técnica, aproveitando o Secretário da SEPLAN, que também foi feita a Nota Técnica nº 25/2023, que também autorizou a mudança dessa Lei e a viabilidade de fazer essa semana a ata do conselho, porque na época, a Ata foi feita em 21 (vinte um) de setembro de 2023 (dois mil e vinte e três) e a nota técnica também foi feita no dia 29 (vinte e nove) de setembro de 2023 (dois mil e vinte e três). Então, a gente ver a viabilidade de fazer antes da reunião, porque o Governador ele quer saber de números, com esses dados na mão dizendo se esse remanejamento é viável ou não, ficaria mais fácil para Vossas Excelências convencer ele a mandar essa lei para a Assembleia, para ser aprovada.

DEPUTADO GABRIEL PICANÇO – Presidente desta Comissão Especial: Para finalizar, quero dizer para vocês, que está Comissão, a qual estou presidindo, que nós vamos trabalhar com maior celeridade com Governador e, pedimos de vocês muita cautela, humildade e sabedoria para gente convencer o Governador, nós estamos diante de 3 (três) pessoas, extremamente, capaz de convencer o Governador: Flamarion, Delegada-geral e o nosso Secretário de Planejamento. Nós estamos no caminho certo e a maior vitória de um embate é agir com humildade e sabedoria, não adianta partir para o enfrentamento, eu tenho 14 (quatorze) anos aqui, já tivemos enfrentamentos aqui na Assembleia que não resolveu a situação. O ex-Deputado Xingú dizia: “que na guerra não há vencedores”, então não adianta. Se não resolvermos 100% (cem por cento), mas resolvermos 50% (cinquenta por cento), já está bom. Eu, principalmente, não estou aqui para ganhar louros de categoria nenhuma, nós estamos aqui pelo estado de Roraima, para fazer bem a todos sem olhar a quem. Portanto, aos mais novos calma e cautela, a necessidade existe, só falta o recurso e vamos em buscar soluções para resolver.

ENCERRAMENTO: E, constatando não haver mais nada a tratar, às dezessete horas e cinquenta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente Reunião. E, para constar, eu, Josiane Salete Daubermann, Secretária, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Deputado **Gabriel Picanço**
 Presidente da Comissão.

ATA DA COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 012/2024 REUNIÃO REALIZADA EM 10/06/2024

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às quinze horas e vinte e um minutos, na sala de Reuniões da Mesa Diretora, ao lado do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à praça do Centro Cívico, 202, esta Comissão reuniu-se sob a Presidência do Senhor Deputado, Gabriel Picanço, com a presença dos Senhores Deputados: Armando Neto, Renato Silva, Rárisson Barbosa, e Jorge Everton Membros. Ausentes: Os Deputados Chico Mozart e Idálio da Perfil.

Senhor Presidente, Deputado Gabriel Picanço – Solicito a secretária da Comissão que proceda a verificação de quórum regimental, havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberto os trabalhos desta Comissão. Continuando, solicito a Secretária da Comissão, que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior. Conforme informado pela mesma, a Ata encontra-se para correção, portanto será lida e aprovada na próxima reunião. Informo aos Senhores, que esta reunião tem por objetivo, tratar acerca do Concurso da Polícia Civil do Estado de Roraima, a mesma foi provocada pelo Deputado Renato Silva, seria importante demandarmos esta pauta hoje, um estudo aprofundado do assunto em tela. Portanto, passo a palavra aos demais colegas que queiram se pronunciar a respeito. A palavra está franqueada ao eminente Deputado Renato Silva.

Senhor Relator Deputado Renato Silva – Boa tarde a todos! Eu fiz uma relatório preliminar da reunião que tivemos dia 20 (vinte) de maio com o Governador, na qual membros desta Comissão estavam presentes. O que traz indignação por parte desta Comissão, que foi exposto por mim na Tribuna na última semana, foi a falta de respeito com esta Casa, como um todo e também com nossa Comissão, com os esforços para conseguir dar essa condição de trabalho para o Governador conseguir atender todas as categorias. Não estava no orçamento de 2024, o pagamento dessas promoções, não foi destinado recurso para fazer o pagamento dessas promoções, que é lei, direito garantido dos policiais, dos agentes da Polícia Civil. Mas, só que não estava com previsão legal no orçamento para esse pagamento. Esta Comissão, foi em busca desse cumprimento, eu tenho todo respeito por todos os sindicatos, por todas as categorias, que me procuraram até hoje, da área da saúde, segurança ou educação, todos sempre tiveram todo o respeito desta Casa. Porém, não podemos deixar que um sindicato

use isso com interesses eleitorais e prejudique um trabalho desta Casa. Se alguém do sindicato que ser candidato, eu deixo até aqui aberta a porta do meu partido, ainda conseguimos ajudar com o fundo eleitoral, é bem-vindo, eu acho que a política tem espaço para todos. E é bom mesmo cada categoria ter um representante da sua classe, eu não represento, diretamente, uma categoria, represento o estado de Roraima. Sou Deputado Estadual e represento todas as categorias, qualquer um que me procurar em busca de ajuda, para melhorar remuneração salarial ou na luta por direitos, eu irei sempre buscar uma forma de ajudar dentro da realidade financeira do nosso estado. Eu vou ler o que foi firmado com o Governador em reunião com nossa Comissão, eu queria, sendo aprovado pelos colegas, buscar a assinatura do Governador nesse acordo – em uma próxima reunião, publicamente – que foi feito a todos que estavam ali presentes naquela ocasião. Para conhecimento e apreciação dos pares, apresenta-se Minuta de Acordo Verbal realizado com o Excelentíssimo Governador Antonio Denarium, no dia 24 (vinte e quatro) de maio, em reunião pré-agendada os Membros da Comissão Especial da Polícia Civil, reuniram-se com o Excelentíssimo Governador, no Palácio do Governo, para tratar acerca das promoções de policiais civis de carreira e da convocação dos candidatos que estão no curso de formação e do chamamento do cadastro de reserva do concurso da Polícia Civil, bem como, o remanejamento de 10 (dez) vagas do quadro, de Delegados, especial para inicial. Após as tratativas, foi firmado um acordo verbal entre as partes, no qual acordou-se que o Excelentíssimo Governador Antonio Denarium: procederá com as promoções finais dos policiais civis no dia 19 (dezenove) de julho de 2024, em ato contínuo, na mesma data, convocará os 205 (duzentos e cinco) candidatos que estão finalizando o curso de formação. Eu coloquei um prazo de 60 (sessenta) dias, após a efetivação das promoções e da convocação de 205 (duzentos e cinco) candidatos, para o Governador chamar 144 (cento e quarenta e quatro) aprovados do cadastro reserva, para fazer o curso de formação. E também, fazer o remanejamento de 10 (dez) vagas do cargo Delegado do quadro especial para inicial, com o objetivo de proporcionar o chamamento do cadastro de reserva do cargo de Delegado da Polícia Civil. Então, esse é o acordo que fizemos com o governador naquela reunião, na qual estava presente, Deputado Jorge, a Delegada-geral, doutora Darlinda, o Secretário da Casa Civil do Flamarion. Em seguida, chegou o Vice-Governador Edilson Damião, o líder do Governo Deputado Chagas, Deputado Gabriel Picanço, Deputado Rárison Barbosa, Deputado Renato Silva e foi firmado esse acordo, verbalmente, com o Governador e esses foram os prazos. E assim, o Governador postou na sua rede social que em julho ia fazer o pagamento da promoção dos policiais civis, então eu trago esse relatório preliminar aqui para – se for aprovado pelos colegas e que vamos fazer através desta Comissão – que possamos buscar essa assinatura, esse ato simbólico por escrito, porque isso já é direito, já foi votado, dos policiais civis receber esse benefício, só que chamando atenção, todos nós estamos aqui trabalhando, lutando, buscando viabilidade, hoje mesmo de manhã, nós estávamos reunidos aqui, Deputado Jorge, para tratar do orçamento do Estado. Nós tivemos orçamento do estado, que apresento dados aqui para Vossa Excelências também, nós tivemos esse ano, até agora meio do ano, mais de R\$ 400 (quatrocentos) milhões de superavit de arrecadação, excesso de arrecadação, e nós também tivemos acesso a um balanço que o Governador fez nas Secretarias de Estado. Assim, Deputado Rárison, hoje, na conta isso não é papel, eu estou falando na conta da Secretaria juntando todas as Secretarias do estado tem R\$ 435.138.279,66 (quatrocentos e trinta e cinco milhões, cento e trinta e oito mil, duzentos e setenta e nove reais e sessenta e seis centavos), fora o excesso de arrecadação, ou seja, somando esse valor mais o excesso de arrecadação nós temos quase 900 (novecentos) milhões na conta do estado, das Secretarias do estado de Roraima. Portanto, é superavit, é um recurso que quando a gente aprovou a proposta em dezembro de 2023, esse foi um recurso a mais, porque se não fosse superavit seria déficit, se tivesse faltando, então nós aprovamos um déficit em dezembro, mas tendo esse valor na conta e, hoje, a Comissão de Orçamento se reuniu agora pela manhã para tratar sobre isso. Sendo assim, nós temos condição financeira de pagar a promoção dos policiais civis, de chamar os 205 (duzentos e cinco) aprovados, de dar continuidade e chamar o 144 (cento e quarenta e quatro) do cadastro de reserva. Portanto, o Estado hoje possui essa condição financeira e é por isso que nós estamos lutando, para que o Governador trabalhe com a realidade junto a esta Comissão e todos os Deputados dessa Casa, ninguém aqui está brincando, nós estamos trabalhando sério e não dá para aceitar que qualquer cidadão vindo debochar do nosso trabalho, esse assunto das promoções era algo que não estava mais nem sendo tratado e não tinha nenhum planejamento de pagamento para esse ano e esta Comissão conseguiu junto com o Governador buscar esse direito deles, que é receber essa promoção. Era isso Senhores Deputados.

Senhor Presidente, Deputado Gabriel Picanço – A palavra está franqueada ao Deputado Jorge Everton.

Senhor Deputado Jorge Everton – Boa tarde a todos! Cumprimentar o Presidente Deputado Gabriel e, inicialmente, eu quero parabenizar o Deputado Renato, como Vice-Líder, ele tem acesso ao Palácio, como vocês também que fazem parte da base de apoio do Governador Antonio Denarium. Deputado Renato, isso que o Senhor está apresentando é o correto a ser feito – não é nada mais, nada menos do que a lei já prevê. A convocação de policiais civis do cadastro de reserva, quanto tempo a gente vem lutando, Deputado Rárison, para que isso ocorresse, porque a segurança pública é essencial para toda movimentação que existe no estado, quando existe a presença da segurança pública, quando há a contenção do sistema prisional diminui o crime na cidade. Logo, é essencial para tranquilidade da sociedade, mas eu não acredito em palavra do Governador ainda mais num acordo verbal, porque ele já provou com o sistema prisional que não cumpre acordo, lá tem um acordo que quando houvesse vacância convocaria os remanescentes, até hoje é uma luta para conseguir ocupar essas vagas. Ele não cumpriu acordo da saúde, a progressão, cadê a progressão dos servidores da saúde? Não fez, não vai fazer, ele também não fez o reajuste anual dos servidores, a gente viu o Poder Judiciário encaminhar para cá, nós já aprovamos, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, mas o do Executivo não, como se para ele os servidores não representasse nada. Diante do exposto, eu não acredito em acordo do Denarium, eu não acredito. Mas, eu lhe dou os parabéns, Renato, eu estou vendo o seu empenho, porque, realmente, isso aqui não estava nem pauta, não tinha, por mais que houvesse uma vontade do Sindicato, dos policiais, não tinha força política para resolver da forma que você está resolvendo. Eu só tenho a lhe agradecer como Delegado, como colega, o você está fazendo pela Instituição e pelo Estado. Mas, lhe digo meu amigo, eu não acredito, eu só acredito vendo e é tanto que dinheiro tem, o Governador sempre falou que no estado dinheiro tem, falta é gestão e, a gente está vendo a verdade, dinheiro está sobrando, é tanto que ele está escondendo da Assembleia, enganando a Assembleia para poder aprovar um orçamento deficitário de caixa e pedindo empréstimo, isso é vergonhoso o que está acontecendo. Eu acho que na história de Roraima nunca teve um governo que fizesse descaço com Assembleia como o do Governador Denarium. No entanto, isso é para um outro momento, a Comissão, o objetivo não é esse, porém, eu fiz questão de pedir a palavra parabenizar parceiro. Muito bom trabalho, não estive presente, porque eu me recuso a estar presente em uma discussão com o Denarium, porque eu sei que é infrutífera, mas a Comissão está de parabéns e pode contar com minha assinatura no que for necessário.

Senhor Presidente, Deputado Gabriel Picanço – A palavra está franqueada ao Deputado Rárison.

Senhor Deputado Rárison Barbosa – Boa tarde a todos! Agradeço ao Senhor Presidente, Deputado Gabriel Picanço, pela palavra. E, ao Deputado Renato, o nosso Relator, pelo belíssimo trabalho a frente da Comissão e a todos os outros Deputados também, porque a gente unido consegue ajudar – como próprio Deputado Renato falou – aqueles que precisam. A Comissão está de parabéns, na nossa reunião com o Governador nós saímos de lá vencedores, porque, como bem dito aqui, não tava nos planos do governo, por mais que esteja garantido em lei, a promoção dos policiais civis. Isso tem que ficar claro, tem que ser trazido aqui a todos a importância do trabalho da Comissão, a qual foi criada, especificamente, para isso e nós levamos para o Governador essa temática. E, lá nós colocamos que era necessário, inicialmente, Deputado Gabriel, a promoção, pois para chamar os novos policiais era importante promover, porque que muitos com essa promoção agora já vão adquirir o direito de aposentadoria. E com isso, com certeza ia ter mais vagas, mais cargos para que aqueles do cadastro reserva também pudessem ser agraciados, o Governador, naquela reunião, se comprometeu com a Comissão, que no dia 19 (dezenove) de julho promoveria os policiais, chamaria os 205 (duzentos e cinco) que já estão formados e no mês seguinte, em agosto, convocaria o cadastro reserva, que para zerar essa fila são 144 (cento e quarenta e quatro) candidatos aprovados. E, como foi dito também pelo, Deputado Jorge, a segurança pública é importante, todo mundo sabe, e a Polícia Civil necessita do efetivo, precisa que o Governador chame todos, até porque, o estado já teve um custo, já fez um investimento. E, para que eles estejam aptos a serem chamados é necessário somente a academia e, foi trazido agora, Deputado Renato, que seriam 60 (sessenta) dias, se a promoção é dia 19 (dezenove) de julho, que é no dia do aniversário da Polícia Civil, em 19 (dezenove) de setembro, seria a data para que o Governador chamasse todo o cadastro reserva. Então, é isso que está no documento e dia 19 (dezenove) de setembro seria o prazo para que o Governador – aceitando o que a gente está colocando no papel – chame todos os policiais, o restante os 144 (cento e quarenta e quatro), justamente, em setembro. É mérito da Comissão, Deputado Renato, é justo que esse reconhecimento venha para Comissão, venha para Assembleia e nos últimos dias, depois da última sessão, na qual Vossa Excelência se manifestou na Tribuna em relação ao

que estava acontecendo por parte da representatividade do colega lá, do Presidente. E, só porque nós pedimos esse reconhecimento, que realmente é da Comissão e deixar claro que está sim em Lei, que o Governador lá atrás se comprometeu que quando a Polícia Civil completar seus 20 (vinte) anos, ele ia promover todos e é um direito, só que o direito estava no papel, mas não aconteceria, não estava na previsão, nós montamos a Comissão e, mais uma vez fomos lá e conseguimos. Deputado Renato, eu quero trazer também aqui para Comissão e, quero pedir providências também da Comissão, em relação a comentários nas redes sociais de um policial chamado Rogério Nery, desrespeitando o Parlamentar, desrespeitando a Comissão, dizendo o seguinte: *“Ah, vocês promoveram a Polícia Militar também, vocês querem promover todo mundo”*, e no final ele ainda foi infeliz ao citar mais um desrespeito: *“Vai caçar o que fazer seus otários”*. Então, quer dizer que nós somos otários, que a gente está aqui brincando. Deixando claro aqui na Comissão, que nós estamos trabalhando como o Senhor disse, que a gente está aqui respeitando uma categoria que merece respeito que é a Polícia Civil, nós estamos aqui somando junto com a segurança pública e a Assembleia está cumprindo o seu papel com excelência e eu não tenho dúvida nenhuma que o Governador vai aceitar o relatório que nós vamos levar e vai cumprir as datas, que ele não vai assinar um documento para depois não fazer. Mas a gente pede também, Deputado Renato, respeito daqueles que querem se manifestar, é livre, é salutar os comentários, desde que haja respeito, nós não viemos aqui desrespeitar ninguém. Diante do exposto, eu quero pedir da Comissão providências em relação ao comentário infeliz desse policial civil, para que a gente não fique trabalhando para o desenvolvimento do estado e seja tratado dessa forma. É importante também que nós tomemos providências e, fazer com que esse cidadão não faça mais esses comentários.

Senhor Relator Deputado Renato Silva – Deputado Rárison, isso é muito grave, eu tive acesso a essas mensagens. Isso foi colocado em uma rede social, depois apagado, acredito que pelo próprio. Esse policial, Rogério Nery, cita ainda no comentário que ele faz na sua postagem na rede social, sobre um sistema de segurança pública, que é o guardaião, que é usado em investigação policial, ele cita isso como para lhe coagir, tipo uma ameaça e você não está sozinho nisso. Deputado Rárison, nós vamos apurar isso, eu sou a favor da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da segurança pública, já foi colocado em pauta, o próprio Governador veio aqui nesta Casa dizer que ninguém tinha autoridade de ficar espionando, usando ilegalmente sistema público por interesse pessoal. E, a gente ver um cidadão desse – servidor público, agente de polícia – que tem acesso a um sistema, usando-o para ameaçar as pessoas, se ele realmente tiver acesso a esse sistema, mas ele falou, está escrito e vamos registrar em ata esse documento e estarei com Vossa Excelência até o final para apurar esse fato. Nós temos que convocar esse servidor, a Corregedoria da Polícia Civil tem que apurar esse caso, primeiro, acho que todo mundo se tem algo para ser investigado, seja feito dentro da lei, qualquer Parlamentar, qualquer cidadão pode ser investigado, Parlamentar com autorização judicial, agora um servidor público que tem acesso a um sistema de segurança de investigação e usa isso para chantagear, para coagir, para ameaçar, isso é muito grave! E ainda, ameaçar Parlamentares que estão aqui lutando por um direito que ele vai ser beneficiado, por um direito que ele vai ser um dos beneficiados que é o pagamento da promoção, a gente consegue uma luta que estão tentando há anos e nem se falava mais disso, nós conseguimos resolver o problema e a gente recebe em troca esse tipo de comentário, de ameaça, isso é muito grave. Eu já falei com o Presidente Sampaio sobre essa mensagem, coloquei lá no grupo da Mesa Diretora da Assembleia, da qual você faz parte, nós temos que apurar isso, esse mesmo Rogério, ele teve já seguindo outros Parlamentares, nós temos fotos, relatórios dele seguindo outros Deputados, desculpa, posso citar aqui Deputado? Deputado Jorge, na época tava disputando a eleição de Conselho, trouxe um relatório bem elaborado, que esta Casa não deu o andamento e agora, novamente, volta a se repetir com esse mesmo policial em rede social, publicamente, coagindo e ameaçando Parlamentar. O Sampaio vai ter que tomar providência disso, eu sou a favor de qualquer CPI, como a gente pode ser investigado, o Governo, em qualquer Secretaria pode também ser investigado. Se não tem nada a temer, qual o problema de ser investigado, agora a gente vai investigar numa CPI que é competência do Parlamentar. Já fizemos a CPI da Saúde, na qual se teve quase 100 (cem) indiciamentos, Deputado Jorge, como Relator fez um excelente trabalho e dividiu os trabalhos, que eu no dia ia falar sobre isso e acabei estendendo meu outro assunto e não falei, Deputado Jorge, como Relator dividiu todos os processos com os Membros da Comissão para todo mundo trabalhar junto em cima dos processos. Então, foi um trabalho excelente na saúde, trouxe muito resultado, eu acho que está na hora de fazer uma CPI da segurança

pública do estado de Roraima, chegou a hora, eu sou favorável, eu assino, se precisar que eu faça pelo meu gabinete a abertura, eu faço, mas eu preciso de oito assinaturas dos colegas, porque o que esse policial fez com Vossa Excelência, ele deve ter costume de fazer, pois além de ser recorrente, ele fala de um equipamento que é usado na segurança pública que só pode ser usado pela Polícia Civil. Isso é muito grave, Deputado, você não vai ficar sozinho, nós vamos juntos apurar esse fato e não pode e eu acho que até o próprio Governador, eu tenho certeza, não vai deixar também passar isso dessa forma, porque já aconteceu com outro colega Parlamentar, está acontecendo com Vossa Excelência e o Governador está ciente disso e, agora esse policial fez isso publicamente. O governador como ele veio aqui e falou que não autorizava ninguém a fazer isso, ele também tem que fazer alguma coisa como Governador e pedir apuração do ato desse servidor público.

Senhor Deputado Jorge Everton – Presidente, se me permite, o Deputado Renato lembrou um fato que eu falei aqui, inclusive quando você teve policiais militares da Casa Militar do Palácio vindo lhe espionar, lhe acompanhar, intimidar o seu trabalho como Parlamentar, eu citei aqui o que foi lembrado pelo Deputado Renato, que é a espionagem promovida pelo setor de Inteligência da Secretária de Segurança Pública, vamos diferenciar, o Rogério Nery é policial civil, mas, atua na Inteligência da Secretária de Segurança Pública que não deveria nem existir – a inteligência que tem que existir é da Polícia Civil, que o Artigo 144 da Constituição Federal garante o direito de investigação da polícia judiciária – a inteligência na Secretaria de Segurança Pública, para mim, é uma afronta a lei. E, ela garante uma investigação política e não investigação policial, deixar claro aqui esse meu entendimento, podem ter entendimentos diferentes, mas nós agimos, o Governador como ele é acostumado a mentir, ele veio aqui falou que tomaria providências, mas, eu não vi nenhuma punição. Vocês tomaram conhecimento? Os policiais que vieram fazer espionagem aqui foram afastados? Foram punidos? Olha os atos do Governo me lembram tempos sombrios que tiveram aqui na Assembleia, de Milícia sendo montada e, o Governador o tempo todo não sabe de nada ou quando sabe é coincidência, eu acho que nós precisamos agir, agora a Casa precisa agir, os Deputados têm independência para tomar suas decisões, lógico, não vamos constrianger os colegas, mas, já está passando do nível do aceitável, nós estamos entrando em momentos sombrios, vou repetir o que eu já falei, o Chefe de Segurança do Governador vai numa vicinal e participa do homicídio de um casal de colono, é uma coincidência? Policiais militares da milícia armada do Governador vem para Assembleia intimidar Deputados, é uma coincidência? Policiais civis da Inteligência da Segurança Pública vão até uma vicinal, onde está tendo um evento para intimidar um Deputado, é coincidência? Sobrinhos do Governador presos por tráfico de droga, é coincidência? 200 kg (duzentos quilogramas) de droga na fazenda do Governador, é coincidência? Será que nós estaremos aqui no Parlamento todos sendo conivente? Que se o Parlamento não está agindo, todos somos coniventes, eu espero que a gente tenha uma reflexão e possa agir, porque, como o Deputado Renato bem falou, ninguém está acima da lei, não. Ninguém está acima da lei e nós precisamos tomar as providências cabíveis, agora, não adianta uma voz só, porque só vai ter o microfone para falar, mas a caneta não vai agir. Para encerrar, Deputado Rárison, dizer que eu sou solidário e que a gente tem que encaminhar urgente para Corregedoria da Polícia Civil, para que adote providências e também registrar um boletim de ocorrência e você tomar as providências cabíveis.

Senhor Deputado Rárison Barbosa – Obrigado, Deputado Jorge e Deputado Renato pela fala, era isso Presidente que eu queria registrar, agradecer mais uma vez a Comissão, parabenizar a Polícia Civil do estado de Roraima por mais esse ganho. Existem pessoas de bem na Polícia Civil, Deputado Renato, é muito pouca gente ruim assim igual a esse policial, que não tem postura e não representa a Polícia Civil de Roraima, que é profissional, os profissionais que lá estão desempenham seu trabalho com excelência, eu não tenho dúvida, somente alguns pontos que precisam ser cuidados. Era isso, obrigado e boa tarde a todos!

Senhor Deputado Jorge Everton – Esse cidadão passou mais de três meses preso pela Polícia Federal, só para registrar aqui.

Senhor Vice-Presidente Deputado Armando Neto – Obrigado pela palavra, meu Presidente, eu agradeço a oportunidade e eu só para colaborar com a reunião e agradecer de público, primeiro, esta Comissão que está fazendo o seu trabalho dentro da responsabilidade, do respeito, da legalidade e da transparência. Somos homens ressarcidos com dinheiro público, temos a responsabilidade de fazer o nosso trabalho e não é fulano ou ciclano que vai nos diminuir não, nós temos que marcar posição, esse fato que o Deputado Rárison trouxe, vou abrir aspas para a minha fala que não era essa. Mas, é

um ponto que tem que ser tocado, o Deputado Jorge pontuou bem e já passamos por muitas situações, nós vamos ver isso até quando? Nós não temos o direito de fechar os olhos e dizer que isso não tá acontecendo. O governador tem obrigação com o compromisso que ele fez da vez passada de tomar as providências e nunca prestou conta disso com o povo. O povo aqui é representado por nós, mas ele nunca prestou conta disso, isso aqui meu Presidente, quero que fique registrado em ata dessa reunião para que nós possamos fazer os encaminhamentos devido a esta Casa, cobrar do Estado, através da Corregedoria, para que possa apurar esses fatos e fazer a punição devida, responder um Processo Administrativo Disciplinar (PAD), o que seja. A gente tem que ter o respeito, outra, esse servidor como qualquer um de nós aqui é pago com dinheiro público e, o dinheiro público se diz respeito a esta Casa, que tem a obrigatoriedade de fiscalizar. Então, nós temos a nossa obrigação aqui ninguém vem fazer reunião para tirar foto para mostrar que estamos fazendo alguma coisa, aqui todos os homens e mulheres desse Parlamento tem a responsabilidade de fazer a sua parte com muito comprometimento. Portanto, Deputado Rárison, conte com o Deputado Armando, Membro desta Comissão, Parlamentar que faz parte dessa Casa, para que nós possamos juntos fazer essa união de força e cobrar, para ontem, agilidade dessa Casa e posição do Governo, mais uma vez, nós temos que fazer a nossa parte e tomar as medidas cabíveis, tem em mim um parceiro para colaborar no que for possível, porque hoje aconteceu com o Deputado Jorge, já aconteceu com você e amanhã pode acontecer com qualquer um de nós. Nós temos que nos colocar um no lugar do outro para blindar essa Casa e continuar fazendo nosso trabalho com tranquilidade, serenidade e compromisso com esse estado, porque essa é a nossa obrigação. Quero enaltecer o Relator Renato Silva, que tem se debruçado com muita responsabilidade, nesta promoção dos policiais civis que já é um direito adquirindo, é questão até de Justiça, mas que, vou pegar o gancho do Deputado Jorge, tem que ter força de vontade e acima de tudo força política para resolver e esta Comissão mostrou isso na sua Relatoria, nós fomos atrás com o tempo imprensado, mas trabalhando todo dia, todo momento, em toda oportunidade, para hoje estarmos aqui com esse material pronto, para marcarmos esse momento com o Governo, para se comprometer, assinar esse compromisso em público, para dar o direito de quem tem direito, que é a promoção dos policiais civis. Essa é nossa obrigação, eu fico muito satisfeito e agraciado e atendido por fazer parte desta Comissão e contem sempre com esse Deputado para poder colaborar com o desenvolvimento do nosso estado. Muito obrigado!

Senhor Presidente, Deputado Gabriel Picanço – Bem, gente, também quero me juntar ao Deputado Rárison, Deputado Renato, Deputado Jorge e Deputado Armando, por esse digamos, pronunciamento infeliz, ou por essa matéria infeliz que o policial fez, estou de acordo, eu assino para convocar ele aqui para explicar quem ele quis atingir, que não é o nosso papel aqui Deputados e demais colaborador papel a gente tratar de pautas para a gente tirar foto não. Nós viemos aqui para resolver os problemas, tivemos a felicidade do Chefe da Casa Civil marcar audiência com o Governador e ele nos atendeu. Quero agradecer ao Governador por ter nos atendido, saímos com a pauta positiva de lá e eu quero me juntar a vocês para a gente através da Comissão Especial, enquanto estou Presidente, se quiser fazer pela Comissão, chamamos e ele vai ter que vir aqui explicar quem ele quis atingir, não concordo com esse tipo de ameaça baratas não faz parte do nosso currículo aqui dentro da Assembleia e quero divergir meu querido, Deputado Renato, em um ponto, a nós colocarmos prazo para que o Governador possa chamar, acho que essa data nós deixaríamos em aberto, ele é o Chefe do Executivo e, se ele não der uma data que satisfaça que a Comissão, então, nós sugeriríamos para ele, mas tirar esse prazo de 60 dias, o resto concordo com gênero e grau, eu assino também para gente encaminhar ao Executivo. Alguém ainda quer fazer algum pronunciamento?
Trecho Inaudível.

Senhor Relator Deputado Renato Silva – Presidente, vamos tirar esse prazo de 60 dias, mas vamos esperar esta Comissão entrar em contato com a Chefia da Casa Civil para poder marcar a data com o Governador, para irmos lá ou ele vem aqui, para decidir como vamos fazer, acho que é possível para essa semana, o relatório está pronto só falta colocar pela Comissão e a gente marcar a data para fazer essa assinatura.

Senhor Presidente, Deputado Gabriel Picanço – As quinze horas e cinquenta e sete minutos, não havendo nada mais a ser tratado, agradeceu a presença dos colegas, dando por encerrada a reunião e, para constar, eu Josiane Salete Daubermann, secretária, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Deputado **Rárison Barbosa**
 Presidente da Comissão.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

RESOLUÇÃO Nº 5538/2024-SGP
A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender o usufruto das férias do servidor(a) **FABIANA CARDOSO BARAUNA**, matrícula: 31632, programadas para **02/09/2024 a 01/10/2024**, referente ao período aquisitivo de 2023/2024, por necessidade da administração conforme memorando nº 462/SPE/ALE/RR/2023.

Art. 2º As férias ora suspensas serão usufruídas em data oportuna.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a contar de 02/09/2024.

Palácio Antônio Martins, 05 de setembro de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 5539/2024-SGP
A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **PATRICIA CARLA DA SILVA**, CPF: ***.948.022.** no Cargo Comissionado de SG-III Assessor(a) Técnico(a) Especial, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021 e alterações.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 05 de setembro de 2024.

Boa Vista, 05 de setembro de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 5540/2024-SGP
A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **LUANNY BEZERRA ROCHA**, matrícula: 33150, CPF: ***.180.282.** do Cargo Comissionado de CCJ-III Assessor(a) Técnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021 e alterações.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 31 de agosto de 2024.

Boa Vista, 05 de setembro de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 29362

